

RELACIONES DE COOPERACIÓN AO DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA DE GÊNERO:
EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS NO BRASIL

FORUM DE MULHERES
DE PERNAMBUCO

ESGOTADO

SACTES

**RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO
AO DESENVOLVIMENTO
E A POLÍTICA DE GÊNERO:
EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS NO BRASIL**

**25, 26 e 27 de outubro de 1995
MarOlinda Hotel - Recife/PE**

Conselho Editorial: Cornélia Parisius
Silvia Camurça
Sonia Wright
Vania Maia

Registro: Cida Fernandez

Redação: Cida Fernandez
Silvia Camurça

Revisão: Patrícia Luna

Editoradora: Solange Rocha

Projeto Gráfico: Ouriço Design

Editoração Eletrônica: *DigiArte*

Impressão Gráfica: GCL Gráfica Ltda.

Fotografia: Gil Vicente

Edição: SOS CORPO - Gênero e Cidadania

Rua Major Codeceira, 37 - Santo Amaro
50100-070 - Recife - PE - Brasil

FONE: (081) 423.30.44

FAX: (081) 423.31.80

E. mail: soscorpo@ibase.br

Tiragem: 1000 exemplares

Distribuição: ABONG, RED ENTRE MUJERES,
FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO

Apoio: GTZ

NOVIB

OXFAM

DED/ SACTES

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

7

PROGRAMAÇÃO

9

PALAVRAS DE ABERTURA

11

MESA 1

TENDÊNCIAS DA RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

21

MESA 2

POLÍTICAS DE GÊNERO E RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO: a experiência das agências

35

MESA 3
POLÍTICAS DE GÊNERO NO BRASIL: a experiência das ONGs e
movimentos sociais

47

MESA 4
SIGNIFICADOS E DESAFIOS DE BEIJING PARA AS RELAÇÕES DE
COOPERAÇÃO

61

GRUPOS DE DIÁLOGOS

67

O “ESTADO” DO DEBATE

71

PERFIS E ENDEREÇOS DAS ORGANIZAÇÕES
PARTICIPANTES

APRESENTAÇÃO

Este Seminário foi uma iniciativa da assessora de gênero do DED/SACTES-Brasil, Cornélia Parisius, construída em parceria com a seção Pernambuco da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a coordenação brasileira da Red Entre Mujeres.

Representa a primeira iniciativa de organizações brasileiras que reuniu, a nível nacional, organizações de mulheres, ONGs mistas e agências de cooperação, tomando como objeto o debate sobre Política de Gênero e Relações de Cooperação.

Cumpriu assim um papel aglutinador, pois reuniu atores que, por diferentes vias, vêm discutindo sobre políticas de cooperação, e inovador, ao trazer para a centralidade do debate o tema das políticas de gênero, o que pode explicar a grande receptividade e entusiasmo com que a proposta foi recebida.

Os primeiros anos desta década estão marcados, de um lado, pela ampliação do debate sobre as ONGs (do Norte e do Sul), o sentido e mudanças das relações de cooperação e desenvolvimento, e cresceram significativamente, no Brasil pelo menos, as iniciativas de diálogo, seja entre agências e suas contrapartes, seja da ABONG, junto a organismos de cooperação, Estado brasileiro e diálogos internacionais com outras associações e articulações de ONGs. Por outro lado, ampliaram-se visivelmente o interesse, a pressão e o debate sobre as relações de gênero, suas interfaces com os processos de desenvolvimento e construção de cidadania, como instrumento de formulação de políticas de cooperação, tendo na IV Conferência da ONU sobre a Mulher, em Beijing, um momento significativo de visibilidade e impacto no campo das relações internacionais. O movimento e as organizações de mulheres passam a estar presentes de forma significativa nos diálogos internacionais e nas articulações no campo das relações de cooperação, onde se insere a Red Entre Mujeres, que inicia sua atuação no Brasil.

A proposta e o contexto em que foi feito este Seminário nos colocou assim diante de três complexos objetos de debate. Desenvolvimento, as concepções sobre ele, pouco claras entre nós, em permanente construção e desconstrução. Gênero, que é um conceito novo para a maioria de nós. E cooperação, entendida até bem pouco tempo de forma muito simplificada, à medida que se complexifica, parece também estar em crise.

O desafio de concretizá-lo, enquanto espaço de aproximação e diálogo, foi iniciado pela coordenação em fevereiro e se estendeu até as vésperas do Seminário. Durante esse período vários contatos e cartas consultas foram trocados entre as instituições interessadas na proposta, a partir dos quais construímos a pauta e foco da discussão, o programa de trabalho, organizamos as mesas e exposições.

Sua preparação e realização nos trouxe enorme satisfação, principalmente pelos resultados positivos indicados pela maioria das pessoas que lá estiveram.

Esta publicação cumpre o objetivo de tornar acessível a um grupo maior de instituições as reflexões levantadas. Apresenta um sumário das exposições e dos debates, uma sistematização do “estado” de nosso debate, e uma análise da coordenação sobre o que pode ser o significado do evento.

Agradecemos a todos e todas que contribuíram com sugestões, exposições e recursos para a realização deste Seminário, sem o que a qualidade dos debates e sua própria realização não teriam sido possíveis.

Recife, dezembro de 1995.

PROGRAMAÇÃO E DINÂMICA DO SEMINÁRIO

No primeiro dia, após as palavras de boas-vindas pela organização, iniciaram-se os trabalhos com exposições seguidas de debate.

- Pela manhã, a mesa: **"Tendências das Relações de Cooperação ao Desenvolvimento"** como expositores/as participaram: Silvio Caccia Bava, presidente da ABONG; Daniel Rech, coordenador do Departamento de Estudos e Atuação do CERIS; Cheiwa Spindel, coordenadora do Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projeto da Fundação MacArthur e do Grupo de Instituições, Fundações e Empresas - GIFE; e Maria Cristina Araújo, assessora do Programa de Cooperação da Delegação da Comunidade Européia no Brasil. A mesa teve a coordenação de Vandevaldo Nogueira, do Centro de Cultura Luiz Freire e diretor da ABONG-PE.
- À tarde, trataram-se das **"Políticas de Gênero e Relações de Cooperação: a experiência das agências"**. Como expositoras participaram: Cornélia Parisius, assessora de gênero do DED/SACTES; Júnia de Souza Púglia, assistente do UNIFEM no Brasil, e Mary Timmerman, encarregada setorial da NOVIB. A coordenação foi de Maria Emília Lisboa Pacheco, diretora da FASE e secretária da ABONG.
- No segundo dia, pela manhã, houve debate sobre as **"Políticas de Gênero no Brasil: a experiência de ONGs e movimentos sociais"**, com exposições de Vanete Almeida, coordenadora do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/ NE; Sônia Wright, integrante do GT Gênero, do Centro de Cultura Luiz Freire; Sílvia Camurça, coordenadora adjunta do SOS Corpo e coordenadora Adjunta da Red Entre Mujeres no Brasil, sob a coordenação de Nalu Farias, integrante do SOF.

- À tarde, aconteceram 3 "**Grupos de Diálogos**" com a livre escolha dos participantes. Um grupo sobre o tema "**Gênero como Instrumento e Objeto da Implementação de Projetos Econômicos/Geração de Renda**"; outro sobre "**Direitos Legais e Acesso à Justiça: experiências e estratégias para uma política de gênero**" e um terceiro sobre "**Metodologias e Experiências de Capacitação em Gênero**". Cada grupo contou com uma coordenação e uma relatoria.

Na noite desse dia a organização ofereceu um coquetel para os/as participantes, com o lançamento do livro "**Planificación de Género y Desarrollo - teoría, práctica y capacitación**", de Caroline Moser, editado pela Red Entre Mujeres e Centro Flora Tristán.

- O terceiro dia pela manhã foi marcado pelos "**Significados e Desafios de Beijing para as Relações de Cooperação**" com as exposições de Maria Rita Talouis, do IDAC e Articulação Brasileira de Mulheres Rumo a Beijing; Sonia Corrêa, do IBASE, e a coordenação ficou a cargo de Maria Betânia Ávila, coordenadora geral do SOS Corpo.

Para as conclusões do Seminário, foi adotada uma "avaliação em processo", produzida ao longo do evento com a participação de todos/as, concretizada através de comentários em cartelas afixadas num mural, que foram sistematizadas pela organização e apresentadas ao conjunto dos participantes.

Paralelamente ao Seminário formaram-se grupos de interesse para discussões e apresentações de trabalhos específicos. Entre eles destacamos: a exposição dos programas de bolsas da Fundação MacArthur; a discussão sobre a PEC n.25/ 95 que inviabilizará, se aprovada, o aborto previsto em lei; e ainda as exibições de vídeos da Casa da Mulher do Nordeste e dos Grupos Curumim e Caatinga.

O Seminário contou com uma equipe de secretaria, que possibilitou a confecção de cópias de documentos das instituições, exposição, distribuição e vendas de materiais e permitiu, além disso, continuar a responder a solicitação de envio de materiais mesmo após a realização do evento.

Tanto os documentos quanto o Relatório e os Anais do Seminário estão à disposição para aquisição no SOS Corpo.

PALAVRAS DE ABERTURA

“**E**stou muito feliz de chegar a este momento de cumprimentar e abrir este Seminário. A idéia surgiu há um ano atrás, quando eu, ainda iniciando meu trabalho como “assessora de gênero” do DED-Brasil, senti uma falta significativa de um intercâmbio sobre as políticas institucionais de gênero entre as agências internacionais de cooperação junto às ONGs feministas e mistas atuando aqui no Brasil. A iminente IV Conferência da ONU sobre a Mulher me pareceu uma ótima oportunidade de discutir experiências e perspectivas destas políticas entre estes atores. Apresentei a proposta à ABONG, Red Entre Mujeres e ao Fórum de Mulheres de Pernambuco, que a aprovaram com muito interesse, juntando-se cada um com suas idéias e propostas. Criamos uma comissão organizadora formada por representantes da ABONG, Fórum de Mulheres de Pernambuco, DED/SACTES e Red Entre Mujeres. O processo preparatório de nove meses já foi uma experiência muito proveitosa e dinâmica, de diálogo e intercâmbio, de muitas batalhas e muitos aperreios, mas também de solidariedade e ótima colaboração. O momento desta abertura significa para mim, em primeiro lugar, alívio, agradecimento e muita curiosidade sobre os três dias de debates entre nós.”

Cornélia Parisius

“...este Seminário acontece num momento pleno de possibilidades, ameaças e limites. Estamos saindo de uma das maiores conferências da ONU, que foi a Conferência de Beijing. Estamos em meio a um conjunto de dificuldades e crises enfrentadas pelas ONGs brasileiras. Estamos com um conjunto de dificuldades a nível da política mundial, do sistema de cooperação internacional, dos processos de globalização. Fragmentação, diversidade, emergência de novos e antigos atores, idéias e forças políticas.

Encerra-se a Conferência de Beijing, que reuniu milhares de mulheres e homens de todo o mundo, e dias depois, nos Estados Unidos, milhares de

homens negros reúnem-se em passeata como demonstração de sua virilidade e força racial. Realiza-se uma conferência sobre Desenvolvimento, Igualdade e Paz, em meio aos protestos aos testes atômicos da França. Um momento cheio de contradições e desafios para as ONGs e para as relações de cooperação.

Esperamos que as visões e inquietações que estão em cada um de nós acerca do futuro e do presente possam aqui ser explicitadas e debatidas.”

Sílvia Camurça

Silvio Caccia Bava*

O primeiro ponto de sua exposição diz respeito à transição conceitual e à crise de paradigmas posta atualmente para a área da cooperação ao desenvolvimento. Há um deslocamento do sentido da cooperação internacional do tratamento das questões da cidadania para o atendimento às carências. Um cenário em que o pano de fundo dessa discussão pode ser também entendido como uma certa polarização entre o que é a ajuda ao desenvolvimento e uma perspectiva mais assistencialista de socorro às catástrofes, às emergências, à fome na sua forma mais radical.

Há nesse cenário uma crise de paradigmas. Não se pode identificar que esse movimento é apenas uma transição dentro de um quadro de referências do neoliberalismo. Após anos de atuação no apoio ao desenvolvimento as agências, também, estão tendo que responder aos seus parlamentares, à sociedade civil, aos doadores de fundos, sobre quais efeitos tiveram as suas ações. Daí decorre a discussão sobre o impacto social e critérios de avaliação. E isso está sendo transferido progressivamente para o campo das ONGs.

Por outro lado, vem dos Estados Unidos, um quadro de referência teórica para organização do Terceiro Setor, que reúne uma disparidade incrível de perfis institucionais. Desde empresas, que têm fundos dedicados ao trabalho social, até ONGs, movimentos sociais, fundações, sindicatos. E as identidades que se originam a partir das intervenções práticas desses distintos perfis institucionais, de certa maneira, se dissolvem. A marca

* ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

principal desse chamado Terceiro Setor é a solidariedade cidadão-cidadão, que não passa por um questionamento de políticas sociais, de políticas públicas. É mais uma forma de como a solidariedade, os valores éticos articulam iniciativas no campo da sociedade civil que vão enfrentar essas carências.

De outro lado, o Governo Federal aponta para as ONGs numa perspectiva de transformá-las em braços do Estado na execução de políticas, por conta da pouca eficácia do Estado na execução de políticas e aplicação de recursos. Esta postura expressa uma visão de ONGs, numa relação de cooperação com o Estado onde lhes caberia, no campo da sociedade civil, a execução de políticas que o Estado não estaria apto a desenvolver com tamanha eficácia. E ainda, com isso, o Governo se apropria de um certo patrimônio de legitimidade das ONGs para transferir para esses programas. Para dar um exemplo, existem, hoje, 138 ONGs que trabalham em programas de prevenção à AIDS, que têm convênios diretos com o Ministério da Saúde, utilizando recursos das agências multilaterais. E os resultados são muito mais positivos, o trabalho é muito respeitado. Os projetos são formulados pelas próprias ONGs. E, embora essa relação tenha no seu bojo a discussão a respeito da autonomia das ONGs, até onde se conhece, esse programa é formulado e executado pelas próprias ONGs. Então, elas não estariam cumprindo o papel de braços executores de políticas do Estado, mas sim de utilização dos fundos públicos para programas formulados pelas próprias ONGs.

Quanto à geopolítica da cooperação, não parece que esteja havendo saída de recursos da cooperação do Brasil por critérios geopolíticos. O que acontece é um redesenho dos financiamentos, para a América Latina, sob os critérios do assistencialismo e do questionamento quanto ao impacto dos trabalhos voltados para o desenvolvimento, com foco na cidadania.

Apenas para apontar outras questões, menciona o que diz respeito à fragmentação do mundo: permite a emergência e a afirmação de interesses específicos e a necessidade da construção de uma sociedade plural, que reconheça a diferença, a alteridade, para poder negociar num espaço de conflito. Há uma valorização extrema das potencialidades da intervenção no âmbito local, não que não seja importante, porém ela não

pode restringir a reflexão temática e a intervenção dentro da sociedade civil. A outra face dessa discussão é a redução do papel do Estado como regulador das práticas sociais, das políticas públicas. Um outro tema também extremamente importante é o da reforma do Estado frente ao qual estamos colocados.

E, por último, frente ao reconhecimento dessas diferenças, há a necessidade de buscar o que há de comum a todas as práticas, que permita integrá-las dentro da perspectiva de um projeto de desenvolvimento da sociedade. A formulação de políticas a partir de coletivos que se organizam na sociedade.

Existem questões de fundo que necessitam ser enfrentadas, como a discussão em torno do desenvolvimento. O que entendemos por projeto de desenvolvimento, apontando perspectivas que indiquem a possibilidade de cooperação.

Daniel Rech*

Introduz o tema abordando as mudanças ocorridas a partir da década de 60, que segundo ele foi a década do desenvolvimentismo, a de 70, a da solidariedade, a de 80, a da parceria, e a de 90 como a de predomínio do profissionalismo, impacto e resultados.

Atualmente, os países envolvidos com a cooperação estão reduzindo os aportes de ajuda externa, buscando mais a formação de fundos públicos internos para enfrentar a crescente pobreza de sua população colocada à margem do modelo de desenvolvimento adotado, que concentra a renda e coloca a ameaça de novas invasões procedentes por populações de suas antigas colônias, sobretudo na África, Oriente Médio e Leste Europeu.

* CÉRIS

No caso da América Latina, poucos recursos ficam sobrando. O que se tem como perspectiva refere-se à cooperação governamental, através da inserção em eventuais canais de comunicação direta entre os governos - principalmente europeus e as ONGs do Sul, que poderiam se integrar em esforços e interesses bilaterais, no que se refere à perspectiva de integração harmônica entre países em desenvolvimento na economia mundial. No âmbito não governamental, há o esforço para reavivar a essencial dimensão da solidariedade.

Ao mesmo tempo em que a tendência é de estagnação no aumento dos recursos disponíveis ou a diminuição destes, apresenta-se, também, um aumento das exigências, políticas e técnicas, sobre as possibilidades de obtenção dos recursos.

Existem muitas críticas às imposições definidas, por exemplo, pela Alemanha, e que tendem a ser adotadas por grande parte dos países da União Européia e dos EUA, como interferência na autodeterminação dos países. Mas um dos pontos mais criticados, principalmente pelas ONGs alemãs, parece sobreviver e inclusive ganhar peso internacionalmente, que é o da "tendência de ignorar o poder do Norte em determinar o espaço para o desenvolvimento do Sul e de responsabilizar quase exclusivamente as condições internas dos países do Sul pelo seu desenvolvimento." Como consequência desta lógica, aprofunda-se a convicção de aplicar na cooperação internacional a pressão externa sobre as estruturas domésticas de um outro país e a gratificação no caso de mudanças.

No tocante à cooperação não governamental, as agências enfrentam dificuldades relacionadas tanto às políticas internas dos seus países como também à situação das contrapartes brasileiras.

Para superar essas limitações e pontos fracos, as agências são levadas à fixação de um novo padrão nas relações de cooperação, onde sejam enfatizados: os resultados da ação proposta pelo grupo local e a irradiação dos mesmos sobre a população pobre; maior eficiência na implementação das atividades, maior qualidade do trabalho - planejamento, monitoramento e avaliação; maior profissionalização e capacitação de quadros, maior atenção à consciência de custos.

Especificamente em relação ao conjunto de programas a serem apoiados, está ocorrendo a busca de maior coordenação entre as agências e com as cooperações governamentais como formas de racionalizar esforços e de enfrentar conjuntamente os desafios da cooperação.

Na perspectiva da preocupação e análise das desigualdades sociais e no empenho e compreensão da necessidade de sua superação através de um amplo processo de transformação para uma sociedade igualitária, há uma notável aproximação entre as agências, ONGs, entidades e grupos sociais e populares locais. Todos concordam com a necessidade de parceria entre múltiplos esforços, na promoção do aumento do poder dos setores populares e na articulação de iniciativas em nível nacional.

Mesmo com diversidade a respeito de alguns pontos de vista, a discussão aponta em termos de objetivos estratégicos, relacionado-se à proposta sobre quais seriam os melhores destinatários da cooperação. Se as forças sociais de vanguarda ou os sujeitos populares.

Por outro lado, os debates sobre a necessidade de comprovação de resultados também nos remetem à classificação de competência.

De qualquer maneira, é fundamental o processo de diálogo que envolva agências, entidades, ONGs e todas as demais forças sociais interessadas num processo de transformação, a fim de encontrarmos as melhores alternativas para a cooperação.

Maria Cristina Araújo*

Segundo Maria Cristina, o objetivo principal das políticas de cooperação da União Européia é o desenvolvimento humano.

* Comissão Européia

As relações de cooperação entre a União Europeia e o Brasil baseiam-se no respeito dos princípios democráticos e dos direitos do homem, que inspiram as políticas internas e internacionais tanto da União Europeia como do Brasil, e que constituem um elemento essencial.

No que se refere às intervenções no setor social, existem dois mecanismos principais de cooperação. O apoio à cooperação entre organizações não governamentais europeias e brasileiras, através do programa de co-financiamento de projetos implementados por organizações não governamentais, e o programa “Infância Desfavorecida no Meio Urbano”.

É dada uma atenção especial às ações que reforçam as estruturas de desenvolvimento nos países em desenvolvimento e nomeadamente as organizações de base e respectivas redes.

O programa de co-financiamento é bastante abrangente e apóia projetos em todo o país.

Quanto aos recursos disponíveis, existe uma tendência nos últimos anos de aumentar esses recursos.

O segundo programa de intervenção no setor social é o programa “Infância Desfavorecida no Meio Urbano”, o qual tem como objetivo apoiar os esforços locais para as melhorias das condições de vida de crianças e adolescentes provenientes de famílias de baixa renda, bem como crianças e adolescentes abandonados ou de rua, ou que se encontrem em situação de risco pessoal ou social. O programa tem a sua área geográfica restrita a 4 cidades: Recife, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A Comissão Europeia tem ainda um programa na área da prevenção à AIDS e às doenças sexualmente transmissíveis. Nesse campo, atua-se em dois setores principais, a prevenção e o controle epidemiológico.

Sobre as questões de gênero no âmbito do nosso programa, a Comissão Europeia desenvolveu um questionário de análise do impacto de gênero, que é um instrumento de planeamento/controle destinado a integrar melhor essa

questão nos programas de cooperação. Os elementos de informação importantes para análises são: categoria do projeto; grupo atingido; estrutura lógica do projeto e dos resultados; realização de estudo prévio; entre outros elementos considerados para a inserção da perspectiva de gênero nos projetos e programas apoiados pela Comissão Européia.

Cheiwa Spindel*

Cheiwa, em sua exposição, primeiramente colocou algumas informações sobre a atuação do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, do qual a MacArthur é parte. E, em seguida, passou a enfocar as políticas da Fundação MacArthur no Brasil.

O GIFE reúne um conjunto de instituições privadas que desenvolvem iniciativas e apóiam projetos sociais sem fins lucrativos. Existe desde 1991, embora tenha se formalizado no ano de 1995. Cheiwa considera que, apesar de cada uma das instituições participantes ter sua própria política institucional estabelecida, ainda é muito cedo para poder-se analisar as políticas do GIFE enquanto tal.

Há uma diversidade muito grande de campos de atuação dessas fundações que deverá ser mantida, mas as reuniões periódicas têm sido um espaço importante de conhecimento e debate de iniciativas comuns e definições gerais, que fundamentam a atuação do GIFE. Os conceitos de Desenvolvimento Social e Cidadania Participativa são algumas destas referências comuns estabelecidas no GIFE, que traduzem as prioridades de investimento do Grupo em projetos sociais, culturais e científicos, e que demarca diferenças com as iniciativas empresariais meramente filantrópicas.

* Fundação MacArthur

As iniciativas apoiadas pelo Grupo são principalmente na área de educação, cultura, literatura e artes, saúde, ecologia e desenvolvimento comunitário e, ainda, ciência, tecnologia e agricultura.

A Fundação foi criada em 78, é uma organização filantrópica com sede em Chicago, que tem por objetivo incentivar, através de diversos programas, ação e estudos nas áreas de população, saúde, educação, meio ambiente e recursos naturais, paz e cooperação internacional, comunicação de massa, cultura e organização comunitária..

Um dos programas da Fundação é o Programa de População. A Fundação entende o tema população de forma ampla inserido em dimensões econômicas, políticas, culturais e étnicas. O programa incentiva principalmente trabalhos que utilizem os conceitos de gênero, raça e classe social, buscando entender a relação homem-mulher e suas implicações na compreensão e solução de problemas ligados aos temas propostos.

DEBATE

As principais questões postas no debate relacionam-se ao conceito de desenvolvimento, à referência central do trabalho das ONGs, ao impacto das ações, à auto-sustentabilidade, e à mudança de finalidade da cooperação.

Em relação ao **desenvolvimento** mostrou-se clara a necessidade de uma melhor definição do conceito, inclusive relacionado à questão de qual é de fato o objetivo da cooperação.

Para uns, desenvolvimento traz em si a noção de integração total das populações, principalmente das populações pobres, que merecem toda a atenção das ONGs no seu trabalho. Seriam estas populações o público-alvo da ação das ONGs. Nesse sentido, também a referência principal dos indicadores seriam essas populações. Ou seja, deve-se levar em consideração tal realidade para a definição dos indicadores sociais para avaliação do impacto da ação das ONGs.

Na opinião de outros, há que se definir qual é a referência de pobreza que se tem. Existe a pobreza de Moçambique e a pobreza do Nordeste brasileiro, e ainda os bolsões de pobreza do Sul do Brasil.

Há polémica em relação à **centralidade da cooperação**. Para algumas pessoas por exemplo, não é na **pobreza** e sim no conceito de **exclusão**, na medida em que o critério de trabalho nessa definição é a de grupos de cidadãos que se articulam em torno de direitos.

Ressalta-se também, que a questão não é só trabalhar a exclusão desse sistema, porque o que se quer é um outro sistema. Que a questão das populações pobres, a exclusão, é quase como se fossem tomados os sintomas. A referência fundamental seria construir e discutir cada vez mais a noção de desenvolvimento.

Uma outra questão **em relação ao público-alvo e aos impactos** é sobre se quem causa impacto é o nosso trabalho ou é a nossa população. Por exemplo o atendimento às prostitutas e meninas de rua - mesmo que em menor número mobilizam mais a imprensa, tornando-se mais visível que o trabalho com as meninas pobres.

Relacionado ainda à questão do impacto, foi colocado o fato de as agências promoverem determinada publicidade no Norte para o levantamento de recursos, onde enfoca o assistencialismo, o que deixaria expectativa em relação às suas populações de um dado impacto do trabalho, que nem sempre é o que é realizado.

Em relação à **auto-sustentação**, há duas posições mais ou menos definidas. Uma primeira é a de que a auto-sustentação só virá à medida que mudarmos o país, em que melhorarem as condições das populações de forma global. A auto-sustentação, vista de maneira isolada, seria muito mal colocada. A segunda posição é a que percebe o trabalho das ONGs como um trabalho de articulação de grupos em torno de direitos. E, nesse sentido, a natureza das ONGs seria a de defesa do interesse público, que, portanto, legitimaria a reivindicação de acesso a fundos públicos, incluindo-se aí os fundos da cooperação internacional. Assim sendo, as ONGs não podem ter uma filosofia de mercado.

POLÍTICAS DE GÊNERO E RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO: a experiência das agências

Cornélia Parisius*

A política de gênero no âmbito da cooperação internacional, atualmente estabelecida em todas as agências, teve início nos anos 60 com o conceito de bem-estar da mulher. Nos anos 70, mudou para o conceito de igualdade, visando à autonomia econômica da mulher, juntamente com o conceito de combate à pobreza. Nesse momento, a mulher era considerada recurso não aproveitado, devendo produzir, aumentando a eficiência econômica do país e contribuindo para o combate à pobreza. Nos anos 80, surge o conceito de “empowerment”, visando capacitar as mulheres para participação no poder da sociedade e desenvolvimento de suas próprias estruturas de organização. No final dos anos 80, surge o conceito de gênero, que amplia os antigos conceitos, analisando as relações de gênero e poder, tendo como objetivo a construção de uma relação mais justa entre homens e mulheres. Mas o que traz de novo esta perspectiva de gênero? O que traz para as mulheres mais desprivilegiadas da sociedade? Gênero tornou-se uma verdadeira preocupação ou apenas um novo modismo, um novo discurso acadêmico?

Uma vez que o objetivo da exposição foi também o de suscitar o debate, apresentando a política de gênero do DED, foram citados alguns aspectos polêmicos do documento “As diretrizes da cooperação do DED para a promoção da mulher nos países parceiros”, de setembro de 1991.

Mais do que o conceito de gênero, se utiliza no DED o conceito de “promoção da mulher”, entendido como

* DED/ SACTES-Brasil

projetos de desenvolvimento através dos quais a situação de vida e de trabalho da mulher está sendo melhorada ou projetos que se direcionam diretamente às mulheres.

Porém o que se considera como “projeto de mulheres”? Todos os projetos que trabalham tradicionalmente com mulheres, por exemplo, também todos os projetos na área de saúde e educação da Igreja Católica (instituição patriarcal)? Como se relacionam os conceitos do WID (“Women in Development”/ Mulheres em Desenvolvimento) com o conceito do GAD (“Gender and Development”/ Gênero e Desenvolvimento)? Um bom projeto de mulheres também é um bom projeto de gênero?

O BMZ - Ministério Alemão de Cooperação Econômica e de Desenvolvimento - elaborou uma pesquisa¹ resumindo que “todas as agências pesquisadas se posicionam em favor de uma plena integração do WID e GAD nos seus programas e projetos. Projetos e iniciativas exclusivamente voltados às mulheres deveriam ser realizados apenas em casos excepcionais ou como iniciativas complementares ou limitadas no caminho à integração.” Será que se concorda com essa visão? A sociedade já está preparada para viver sem a organização exclusiva de mulheres?

A “promoção da mulher” no DED visa à contribuição para a melhoria de sua situação através dos instrumentos institucionais, conforme o conceito de desenvolvimento nacional ou regional. Porém o conceito de desenvolvimento do governo nacional ou estadual pode ser completamente diferente do conceito do movimento de mulheres. As mulheres não querem apenas o desenvolvimento econômico, mas um desenvolvimento que leve em conta outras qualidades da vida humana, como também a relação de gênero.

O DED tanto quanto as outras agências de cooperação declaram hoje a questão de gênero como uma das prioridades de sua política. Em todos os programas e projetos do DED deveria ser considerado o impacto à

¹ "Ansätze der Frauenförderung im Internationalen Vergleich", Bonn, setembro de 1994. Trata-se de uma pesquisa comparativa das políticas institucionais nas maiores agências mundiais de cooperação bi e multilateral

situação da mulher, sendo a mulher sujeito da mudança das condições de vida.

No entanto, o trabalho de gênero tem uma vida marginalizada dentro da estrutura institucional, dada muitas vezes pelo isolamento num departamento, pela burocracia, falta de recursos humanos e financeiros, falta de sensibilidade de homens e mulheres etc. No caso do DED, por exemplo, a coordenadora da área de gênero na sede em Berlim, com um cargo de meio expediente, é formalmente responsável pela incorporação da perspectiva de gênero na central e nos programas de 43 países, onde o DED atua. Esta situação leva-nos, mulheres, nas agências a batalhar em diversas fronteiras ao mesmo tempo: dentro da agência, dentro da nossa sociedade e junto às mulheres dentro do país onde nós atuamos.

No DED-Brasil, existe um grupo de mulheres cooperantes, que se encontra 3 vezes por ano para discutir a política de gênero aqui, fazendo recomendações, publicações etc. Para a área financeira, recomenda-se uma cota de pelo menos 40% de apoio, destinada a iniciativas de promoção da mulher. Criou-se um novo roteiro de avaliação de projetos considerando gênero. Criou-se o cargo de assessora da promoção da mulher. Faz-se treinamentos para cooperantes e parceiros dos projetos, sempre com moderação de uma profissional brasileira. Existe um centro de documentação sobre gênero e mulher. Está lançado o informe trimestral chamado “Gênero-sidades”, com informações do movimento aqui no Brasil, organizações, campanhas, literatura etc.

É importante, também no campo de gênero, refletir visões e utopias. Será que uma relação justa de gênero nos levará a um mundo menos destrutivo, menos competitivo, a uma cooperação internacional diferente?

Política de gênero no Brasil significa, em primeiro lugar, apoiar as mulheres em sua luta pelo acesso à participação no poder e aos recursos. Não se pode tratar, numa tentativa de “copiar” conceitos de gênero do Norte para a cooperação no Brasil. Aqui já existem profissionais, conceitos e metodologias excelentes.

GAD e WID continuam existindo juntos, se completam. As agências precisam desenvolver uma visão mais global para se situar e atuar em relação à questão de gênero no âmbito mundial.

Cornélia mencionou a situação especial que pessoas como ela vivem, como representantes de uma agência de cooperação no Brasil, no relacionamento com as “parceiras brasileiras”, relações de amizades e ao mesmo tempo de negociações de projetos, levam às vezes a uma quase “crise de identidade”.

Por último, algumas recomendações que Cornélia acha importante para as agências: ler o documento das mulheres brasileiras rumo a Beijing e a plataforma de ação de Beijing, promover conferências pós-Beijing no Brasil. Entender a mulher brasileira como sujeito das mudanças e não como grupo-meta das políticas. Manter um diálogo democrático Norte-Sul. Aumentar recursos humanos e financeiros. Sistematizar e fiscalizar a colocação em prática das estratégias e metodologias. Promover intercâmbio Sul-Sul. Rejeitar qualquer conceito de desenvolvimento ou sustentabilidade que não inclua a perspectiva de gênero. Formar um grupo de trabalho entre as agências na Alemanha ou Europa para melhorar a cooperação e o intercâmbio sobre as políticas de gênero.

Júnia de Souza Púglia*

O UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - é uma agência do Sistema da Organização das Nações Unidas. Trata-se de uma agência muito pequena, tanto em termos de orçamento quanto de recursos humanos. Uma das principais propostas do UNIFEM é a promoção do conceito de gênero, que inclui a integração da perspectiva de gênero às políticas nacionais, quer dizer, que a questão seja considerada em toda sua complexidade quando da formulação de políticas públicas nacionais.

O escritório do UNIFEM no Brasil começou a funcionar em 1992, ano em que realizou um levantamento sobre o que as demais agências do Sistema ONU estavam fazendo em relação à questão de gênero e ao trabalho com a mulher, constatando que praticamente nada havia nesse sentido.

* UNIFEM Fundo das Nações Unidas para a Mulher.

Decidiu, então, promover uma integração entre as agências, de maneira que a questão de gênero fosse tratada de forma mais objetiva ou que, pelo menos, fosse considerada nos programas das outras agências também.

Promoveu-se, então, o 1º Seminário Interagencial sobre Gênero, em setembro de 1992, em Brasília. Como produto, foram realizadas duas consultorias: uma sobre políticas públicas sobre gênero no Brasil e outra sobre o trabalho das agências na questão de gênero. A partir daí, foi ficando cada vez mais clara, neste trabalho com a cooperação internacional, a oportunidade de se colocar o assunto em pauta proporcionada pelas conferências internacionais, tais como a ECO'92, a Conferência do Cairo, a Cúpula do Desenvolvimento Social e, finalmente, a Conferência de Beijing, todas muito importantes para se discutir a questão de gênero com as agências da ONU.

Pouco a pouco, a maioria das agências que mantém escritório em Brasília designaram um funcionário - internamente denominado "ponto focal" - para tratar do assunto. Este grupo interagencial - ou "força-tarefa", como também é chamado - atingiu um excelente nível de integração, dando, inclusive, a impressão de ser o mais importante veículo de comunicação entre as agências, no momento.

Com a aproximação da Conferência de Beijing, surgiu a necessidade de se preparar um relatório nacional. Foi criado, então, para a elaboração desse documento, um grupo de trabalho integrado por representantes de todos os ministérios envolvidos, das agências do Sistema ONU, Itamaraty, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O resultado foi o primeiro relatório desta natureza baseado numa ampla consulta à sociedade civil a nível nacional. Este processo contou com um significativo apoio financeiro do UNIFEM.

Atualmente o UNIFEM desenvolve atividades conjuntas com o UNICEF, a OIT, a UNESCO e com algumas agências bilaterais. Mantém, por exemplo, um excelente relacionamento com a USAID e estão sendo iniciados contatos com a União Européia.

Apesar do pequeno orçamento - 14 milhões de dólares anuais para atuar no mundo inteiro, e menos de 200 mil dólares para o ano de 95 no Brasil - o UNIFEM tem conseguido manter, através da interação com outras

agências do Sistema, bilaterais e governo, uma relação de cooperação que tem produzido resultados altamente positivos. Um exemplo disso é o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Indígenas, realizado em setembro de 95, promovido pelo UNIFEM e totalmente financiado por outras fontes.

Outra articulação importante vem sendo construída com o recém-empossado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com o qual se vem discutindo uma proposta de capacitação em gênero de pessoal dos ministérios sociais e daqueles envolvidos com o trabalho do Conselho. Está também em consideração a idéia de um seminário interagencial, no qual o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ouviria o alto escalão do governo sobre as questões de gênero.

Mary Timmerman*

A NOVIB é uma agência de cooperação financeira holandesa que atua em diferentes países na África, Ásia, América Latina e Europa do Leste.

A política interna de gênero da NOVIB teve seu início a partir da iniciativa de um pequeno grupo de funcionários que se mobilizou nas suas férias, bancando eles mesmos os gastos, para chegar ao Fórum das Nações Unidas em Copenhague no ano de 1980.

Em 95, em Beijing, estiveram presentes 2 diretores e 2 funcionários, com um plano concreto de lobby e capacitação, preparado e implementado em cooperação com agências européias afins e com contrapartes do Sul.

A atual política de gênero da NOVIB se caracteriza por estar baseada na sua estrutura organizativa e na sua política, pois seu objetivo central é contribuir para o desenvolvimento sustentável dos grupos marginalizados do Sul, através da luta contra a pobreza estrutural

* NOVIB

(70% dos pobres são mulheres). Para a NOVIB, o manejo sustentável do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento das mulheres se colocam na intercessão do desenvolvimento sustentável e alívio da pobreza estrutural.

Institucionalmente a política de gênero está consolidada. A NOVIB tem funcionários e especialistas em gênero em diferentes níveis e em todos os departamentos, embora a responsabilidade final desse trabalho - como em todas as atividades - esteja com os chefes de departamentos.

Alguns resultados dessa política no departamento de projetos são: no ano de 93, foram aprovados 699 projetos, dos quais 28% das organizações têm uma política específica em relação a gênero, 27% têm um departamento da mulher. Destes 28%, 16% são organizações de mulheres, o restante, 12%, são organizações de desenvolvimento e têm uma política de gênero. A NOVIB mantém um diálogo sobre o tema de gênero com 37% das contrapartes. Destes 37%, mais de 10% são organizações específicas de mulheres

Internamente, desde 83, também há uma política direcionada às mulheres que já tem dado frutos. Os benefícios trabalhistas incluem, por exemplo, direito à maternidade e paternidade, creches, licença para cuidar de familiares em caso de doença. Os homens também fazem uso destes benefícios. Desde 94, há um mediador para atender queixas de acoso sexual no trabalho. Metade dos funcionários da NOVIB trabalha em tempo parcial, o que dá mais possibilidades de trabalho para as mulheres. Atualmente trabalham mulheres em todos os níveis, apesar de ainda estarem sub-representadas nos postos mais altos de direção. Desde meados de 94, um dos três diretores da NOVIB é não só mulher, como também feminista.

Esses resultados são conseqüências da pressão interna e externa na NOVIB durante muitos anos e com um diferente grau de êxito. Algumas representantes de organizações de mulheres holandesas, membros da Assembléia Geral da NOVIB, solicitaram a criação de um grupo de trabalho interno. Desde 91 há um grupo de mulheres de diferentes departamentos e áreas da NOVIB e desde 94 inclui um homem. Este

grupo, bastante ativo, desempenha um importante papel dentro da NOVIB. Por exemplo, no início a direção havia enfatizado que o grupo de trabalho de mulheres não deveria interferir na política interna e tampouco no departamento de pressão política, mas somente na política externa dos departamentos de projetos e campanhas. No entanto, as contrapartes, sobretudo as organizações de mulheres na América Latina, chamaram a atenção da NOVIB no sentido de que uma política de gênero para o exterior da instituição não pode e nem deve ser conduzida sem uma política de gênero interna.

Esse grupo elaborou também diferentes documentos, tanto em termos de processo quanto em seu conteúdo. Primeiramente, se evidenciara que se tratava de um documento amplo da NOVIB e que sua implementação era de responsabilidade da organização e apenas de alguns funcionários. Foram também formulados objetivos concretos para cada departamento, e a responsabilidade final de sua aplicação ficou a cargo da direção da instituição e dos chefes de departamentos, e não dos especialistas em gênero, nem das funcionárias mulheres, nem do grupo de trabalho de mulheres. Nos últimos anos a política de gênero é executada da mesma maneira que todos os outros campos prioritários da instituição. São levados em conta num planejamento plurianual e anual da NOVIB, e o grupo de trabalho de mulheres pode limitar-se a monitorar sua implementação.

A Red Entre Mujeres criada em 87 como um projeto Sul-Norte com 5 contrapartes contribuiu para que a NOVIB desenvolvesse uma política explícita de mulheres. O projeto Sul-Norte se transformou em 92 numa rede independente, Red Entre Mujeres, constituída por organizações de mulheres, organizações mistas e organizações holandesas, e é uma das organizadoras deste Seminário.

Nos últimos anos, trabalhamos em capacitação interna, tentando sistematizar nossos resultados. E também, em capacitação, sobre como ajudar as contrapartes a integrar o enfoque de gênero. Por meio de avaliações e investigações aprendemos.

O desafio da NOVIB agora é mostrar os resultados desse trabalho. Existe hoje uma maior exigência de incluir indicadores de impacto, mais transparentes, o que deve ser feito com apoio e diálogo com as

contrapartes sobre a política de gênero. A NOVIB, junto com a OXFAM, vem fazendo um esforço no sentido de desenvolver indicadores.

É importante, entretanto, que a busca por resultados e impactos não interfira nas características específicas das ONGs. Deve-se continuar enfatizando que a formulação de políticas de gênero faz parte de um processo.

Para apoiar os processos de contrapartes, a NOVIB começou este ano um programa piloto com 35 contrapartes a nível mundial, para trabalhar sistematicamente para aprendizagem mútua.

A NOVIB considera, apesar de tudo, que ainda é insuficiente o que vem realizando, e que o progresso de uma organização se deve ao constante exercício do aprendizado, da capacidade de ajuste às circunstâncias mutáveis do mundo exterior.

O desafio para a NOVIB é como garantir a renovação necessária. Na área de gênero e desenvolvimento, a renovação que não acontece por si só. As alianças, a cooperação entre as pessoas dentro e fora da NOVIB, com contrapartes, consultores, outras agências, é um método de valor estratégico que não pode ser subestimado. Esta é uma das razões pela qual a NOVIB se fez presente neste Seminário.

DEBATE

Durante os debates surgiram 5 temas relacionados à discussão central sobre as políticas de gênero. Para melhor proceder à esta sistematização os resultados serão apresentados por blocos temáticos.

Em relação ao **conceito**, primeiramente colocou-se que, com o seu surgimento dentro do SACTES, a questão da mulher passou do específico para quase um conceito de trabalho institucional, perpassando ou devendo perpassar todos os projetos. Questiona uma das participantes, considerando a clara divisão - pelo menos na Alemanha - entre o movimento feminista e mulheres que trabalham com desenvolvimento, onde gênero não está presente nos debates feministas, em que medida, a médio e longo prazo, gênero poderá levar a um fortalecimento da causa da

mulher. Cornélia não partilha dessa opinião e entende que a discussão sobre gênero e mulher é muito dinâmica no sentido de se observar se são complementares, se são excludentes, se a discussão vai realmente contribuir para o avanço da luta. Destacou, inclusive, críticas existentes de que o conceito é mais apolítico. No entanto, acredita na importância de se estar atenta para não cair apenas na análise técnica, buscando não esquecer a causa das mulheres.

Outro aspecto colocado foi que o conceito deu maior legitimidade à discussão acadêmica e contribuiu também para dar maior legitimidade institucional à discussão. Possibilitando que muitas mulheres, inclusive feministas, se lançassem nessa discussão dentro de instituições mistas, por exemplo, nos sindicatos, onde a questão da mulher trazia à tona um ponto de estrangulamento que era o de dividir a classe. Assim, gênero veio ampliar o poder de argumentação para a discussão nos espaços mistos. Possibilitou propagar idéias, podendo-se afirmar que as feministas não trabalham só com mulheres, trabalham com relações de gênero, numa perspectiva feminista, na linha de fortalecer a ação política, a auto-organização das mulheres, que são as principais agentes impulsionadoras de mudanças dessas relações. De outro lado, alertou-se para o fato de que todo conceito que ganha maior espaço se torna um conceito em disputa.

Uma terceira colocação está relacionada às dúvidas existentes sobre o que se entende por gênero e como se discute esse conceito em alguns espaços específicos. No caso das trabalhadoras domésticas, por exemplo, elas questionam se a luta pela sua cidadania e igualdade é uma luta de gênero, porque tem também a questão de classe, porém são todas mulheres. Mas entendem que a luta pelo seu reconhecimento é uma luta de gênero, quando são muito mais ajudadas pelas feministas do que por sindicatos, acreditam que se explicita aí uma questão de gênero. Outro exemplo foi sobre a dificuldade de se trabalhar a perspectiva de gênero na área da Justiça, apontando-se para a necessidade de resgate da discussão conceitual sobre relações de gênero e não apenas gênero.

Acrescentou-se, ainda, às discussões conceituais sobre mulher e gênero, feminismo e gênero, uma preocupação sobre o conceito de gênero que as agências, o movimento social, as ONGs têm, explicitando-se a necessidade de referência conceitual, diante de tantas abordagens, para se proceder à análise de projetos. Destaca-se ainda, a importância de quando

se discute gênero não se perder de vista que se trata das relações sociais de gênero.

Por último, pensando-se na relação do gênero com cultura e desenvolvimento foi observado que o conceito remete aos símbolos, ao imaginário social sobre o feminino e o masculino. Remete à questão do desenvolvimento, das estruturas lingüísticas, dos valores. Quando se fala de gênero, a diversidade de atores é tão grande que tem que se repensar, reconstruir, reorganizar todo um processo de desenvolvimento. Por isso, é importante aglutinar, analisar, pensar como isso se reproduz a nível popular, das instituições, das agências, das ONGs, enfim, dos demais atores sociais.

Outro tema de destaque diz respeito à questão das **cotas**. Mostrou-se o interesse em conhecer como essa questão está posta nas agências em termos de políticas e práticas e questionamentos em torno das mesmas. Responderam à questão o SACTES, a NOVIB e a OXFAM.

No *SACTES-Brasil*, o uso de cotas foi aprovado no Setor Financeiro, em 92, no entanto está sempre em discussão, se foi uma boa decisão ou não. Cornélia, particularmente, acha necessário uma política de cotas para ter um certo controle sobre os objetivos; se realmente estão mais ou menos sendo cumpridos.

A *NOVIB* não tem cotas. Há alguns anos atrás a questão foi discutida e concluiu-se que não funcionaria. Em lugar disso criou-se uma meta de que, em cada país em que apóiam organizações, pelo menos duas sejam organizações de mulheres. Por outro lado, tem essa estratégia de apoiar a incorporação do enfoque de gênero nas contrapartes mistas.

Na *OXFAM* foi estabelecido, há dois anos, que se deveria chegar a 15% do orçamento para apoio a projeto de mulheres e 15% com relação ao número de parcerias. Hoje já se tem ultrapassado esses números, chegando-se em torno de 18% do orçamento comprometido com projetos de mulheres e 23% de parcerias. A *OXFAM* está passando por um processo de planejamento estratégico com vistas nos próximos 5 anos, e está sendo criado um programa específico de gênero. Essa é hoje uma das diretrizes, além de uma política de gênero que perpassa todo o programa.

Por outro lado, discutiu-se também que o uso de cotas pode resultar na perda do essencial da proposta das feministas que criaram essa categoria de análise. Argumentou-se que - uma vez que o uso de cotas se dá de maneira matemática - “não se pode tratar a mulher como um problema e sim a forma como a sociedade se estruturou para subordinar a mulher ao homem”. Nesse sentido, destacou-se a experiência da NOVIB como um exemplo.

No tocante ao **deslocamento de recursos da cidadania para o atendimento a carências**, houve a preocupação das/dos participantes em saber até que ponto isso é uma realidade para as agências e, especialmente, como o SACTES e a NOVIB se colocam sobre essa questão.

Nesse sentido, o *SACTES-Brasil* esclareceu que seu investimento está cada vez mais voltado para ONGs, redes, assessorias de *advocacy* e esses tipos de organizações; e que, dentro do *SACTES*, até o momento não existe esse tipo de ajuda de emergência. No entanto, destaca, no caso da Alemanha, que na GTZ (Sociedade de Cooperação Técnica), um outro órgão do governo alemão, também bilateral, é um pouco diferente. Lá, realmente, se discute se deveria ser aberto um setor para apoio a esses países em emergência.

Na *NOVIB*, isso não é uma realidade. Existe uma estratégia de apoio a organizações ou projetos em 3 níveis: combate à pobreza, p.ex. projetos produtivos; construção de sociedade, p.ex. educação de adultos, poder local; pressão política, e *advocacy*. A divisão ideal é 40%, para o primeiro, e 30% para cada um dos dois outros níveis. No caso da África é um pouco diferente, p.ex., a capacidade de lobby das ONGs africanas é muito inferior que a das latino-americanas, dada a experiência destas. Então, muda um pouco de acordo com o continente onde a NOVIB atua.

Uma reflexão foi feita a respeito do apoio direto no campo das necessidades práticas. No caso das mulheres, a opinião foi de que essa atuação direta talvez minimize a situação por frações de dias, porque as relações de gênero vão reproduzir a pobreza maior entre as mulheres. Há o entendimento de que a atuação no campo da cultura e em discussões aparentemente deslocadas e distantes da fome, da doença, contribui de alguma maneira para reestruturar o campo dessas relações. Não refletindo

diretamente sobre a situação concreta do ponto de vista imediato, mas como decorrência dessa reestruturação no campo das relações.

Ainda relacionados à questão do deslocamento dos recursos, questionou-se o conceito de pobreza, considerando-se que tem sido utilizado a partir de um entendimento de miséria extrema. Como um exemplo desse entendimento, foi apresentada a experiência do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, que tem dificuldade de receber apoio financeiro, porque se entende que um sindicato não é pobre, e suas associadas também não, pois estão empregadas, estão trabalhando. Assim, referencia-se aos pobres apenas como aqueles que estão num absoluto estado de abandono. Ainda, neste sentido, veio também à tona a questão da exclusão, destacando-se a importância de se ter em mente, quando se discute se as ONGs vão ou não trabalhar com populações excluídas, que os excluídos em sua grande maioria são mulheres.

Em termos da tendência da **estagnação ou retração de recursos**, pelo menos para o Brasil e América Latina, tinha-se uma preocupação sobre as perspectivas de financiamento para a área de gênero. Respondendo a essa questão, o *SACTES* coloca que no Brasil não afeta com prioridade a questão de gênero, uma vez que a questão da estagnação, caso ocorra, estará distribuída em todas as suas áreas de atuação.

Já no caso da *NOVIB* ocorre que, como os temas de gênero, meio ambiente e direitos humanos são temas prioritários, se estiverem numa situação de ter que diminuir fundos para a América Latina, os cortes seriam em projetos que não contemplam esses 3 temas. E onde há a possibilidade de aumentar fundos, por exemplo a África, os aumentos ocorrerão também nessas áreas

Em relação aos **treinamentos de gênero** oferecidos pelo *SACTES-Brasil*, foi solicitado maiores esclarecimentos, ao que Cornélia explicou, em primeiro lugar, que são sempre oferecidos aos parceiros e cooperantes homens e mulheres dos projetos. Realizados num período de 3 dias, divididos da seguinte maneira: no primeiro dia, concentra-se na questão da socialização das pessoas como mulher, como homem na sociedade e as diferenças culturais, no caso Brasil-Alemanha; no segundo dia, aborda-se a análise de gênero sobre os projetos onde se trabalha, momento em que se apresentam alguns exemplos diferenciados; no terceiro dia, analisa-se como interferir nessa realidade do trabalho para conseguir uma

relação de gênero mais justa. Existe uma série de dinâmicas que instrumentalizam a realização dos treinamentos.

Algumas questões foram levantadas em **relação ao UNIFEM**. A primeira delas foi a de se saber em que organismos do Sistema o UNIFEM está conseguindo incidir. A segunda, coloca a questão da aglutinação como uma ação emergencial e questiona sobre as perspectivas de trabalho para o ano de 96. Por último, se existe algum grupo de mulheres que pense dentro das próprias Nações Unidas os espaços das mulheres.

Em relação à primeira, Júnia indica que participam da inter-agencial a Organização Mundial de Saúde, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o UNICEF, o Fundo de População das Nações Unidas, a UNESCO, e a OIT. E como resultado desse trabalho tem-se conseguido promover eventos de repercussão na área de gênero, como é o caso do Seminário sobre o Impacto do Mercosul sobre o Emprego das Mulheres em São Paulo, apoiado pela FLACSO, UNESCO e outras instituições do Sistema. E que tem recebido, além do apoio financeiro das outras organizações do Sistema, consultas na área de desenvolvimento da mulher. Quanto à segunda, a questão da aglutinação não foi uma estratégia emergencial, e sim uma necessidade identificada. Por último, o UNIFEM esclarece que não existe uma comissão de mulheres dentro da ONU trabalhando em favor do UNIFEM. O que existe é o próprio UNIFEM dentro das agências oficiais.

Sobre a **plataforma de beijing**, as instituições foram indagadas sobre que estratégias têm sido previstas para a sua execução.

No caso do *SACTES*, ainda há necessidade de maiores discussões, dependendo muito da abertura que se possa ter para isso. O *UNIFEM* tem a expectativa de que a conferência de Beijing dê maiores resultados, que os governos possam ser mais sensíveis e que sua situação melhore; quanto a colocar em prática a Plataforma de Ação, ainda não foi realizada uma discussão mais direta sobre o assunto. A *NOVIB* ainda não tem claro, mas já estavam trabalhando na pressão política junto com ONGs afins no Norte e contrapartes no Sul, em Viena, Copenhague e Beijing. E já, de antemão, tinham dito que o resultado dessas conferências demandam de garantias de prosseguimento. E isso vai depender dos resultados obtidos nos diferentes continentes.

POLÍTICAS DE GÊNERO NO BRASIL: a experiência de ONGs e movimentos sociais

Vanete Almeida*

Vanete foi responsável, juntamente com as trabalhadoras rurais e outras mulheres, pela organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, na Região de Serra Talhada, e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Brasil-MMTR/NE. Agradece o espaço neste seminário, ressaltando a importância de rara oportunidade para o MMTR. Sua fala foi baseada numa experiência de 30 anos de luta ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Incorporar gênero no MMTR, principalmente em Pernambuco, significa: trabalhar essa questão em 4 níveis. Primeiro, na própria mulher, buscando mudanças de mentalidade e vida, tendo a preocupação com as crianças, os jovens e os homens. Segundo, na família, buscando o espaço de valorização da mulher, numa relação equilibrada com a natureza e a participação de poder e decisão em cada etapa do ciclo agrícola, preocupando-se com a visão das crianças e com o que de novo conseguem passar para os seus filhos. Terceiro, na comunidade, formando grupos de mulheres na perspectiva de seu fortalecimento diante das dificuldades e conflitos. E, por último, nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, na luta pela participação nas direções, colocando suas reivindicações nas pautas, a luta de gênero e classe.

* MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

O principal avanço para as mulheres nessa luta foi deixar de ser invisíveis. Hoje elas já se reconhecem neste processo, falam, enfrentam, tentam mudar o que lhes incomoda há séculos. Entretanto, os homens quase sempre acham que não pode haver uma luta específica de mulher em relação ao salário, à terra, à saúde. Em compensação, quando engrossam as lutas definidas pelos homens, são tidas como companheiras. Embora tenham conseguido avançar na sua luta, quando se trata de abordar as questões ligadas a gênero nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais-STRs, as trabalhadoras são sempre vistas como quase inimigas de classe; tudo sempre deve ser autorizado pelos homens. É a lógica do sindicalismo que, na prática, gera conflitos. Os homens pensam e dizem que as mulheres querem liberdade demais. Liberdade de mulher é até onde eles autorizam. Sempre têm problemas quando apresentam uma outra lógica de organização.

O MMTR mantém um longo e duradouro relacionamento com a cooperação, e no enfrentamento de dificuldades tem buscado sempre o canal da discussão. No decorrer desse relacionamento, o Movimento tem enfrentado uma série de problemas com organizações financiadoras. Entre os principais problemas apontados estão a mudança de objetivos das agências, que pode afetar diretamente o apoio ao Movimento, quando as questões do Movimento já não estão em consonância com os objetivos dos financiamentos. O respeito à autonomia do Movimento, muitas vezes as agências estabelecem o que é certo ou errado, desconsiderando totalmente a realidade e as necessidades das mulheres. Um terceiro aspecto são as exigências nos projetos de planejamento para 5 anos, avaliação sistemática, perspectivas claras e que, por não terem toda essa elaboração, são olhados com certa arrogância e desprezo. Vanete questiona sobre a lógica da cooperação quando faz essas imposições, ressaltando, sobretudo, a dificuldade de se proceder a um planejamento de 5 anos diante de um contexto social que muda a cada hora, que é a realidade das mulheres trabalhadoras rurais.

Outro problema enfrentado é a questão do impacto. A autonomia de uma mulher que vem sendo dominada há séculos não se modifica do dia para a noite. Ela pode avançar na luta sindical e ter dificuldades nos avanços com o seu companheiro. E aí o que se faz? Que indicador de impacto se usa? Portanto, faz-se necessário compreender o que é impacto para a cooperação e para o Movimento, discutir esses indicadores.

Assim, apresenta-se o impasse. De um lado as necessidades do Movimento e a quase impossibilidade de trabalhar sem esses recursos. Do outro, a busca da autonomia, do respeito, da dignidade.

É necessária uma relação de parceria e de diálogo. E parceria significa caminhar juntos, ajudar-se. E diálogo é escutar o outro de coração aberto, sem idéias formadas.

As agências estarem presentes, escutando essas questões, já é um avanço pois “tentar enfrentar todas as dificuldades de gênero, elaborar tudo o que se pode para transformar essa realidade e ainda pensar em frases que agradem às entidades financiadoras é tarefa pesada demais para o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais”.

Por último, na sua opinião, são as mulheres que devem decidir seus rumos, revisar seus processos, sistematizar suas experiências, às agências caberia dar-lhes essas condições.

Sônia Wright*

Sônia tratou do processo de incorporação de uma perspectiva de gênero no Centro de Cultura Luiz Freire-CCLF, uma ONG mista, sediada em Olinda, PE.

O CCLF foi criado em 1973 e caracterizava-se por ser um espaço democrático e plural, ocupado por militantes de partidos políticos de esquerda e que abrigava iniciativas culturais alternativas na cidade. A partir do início dos anos 80, passa a prestar assessoria às organizações populares, atuando na Região Metropolitana do Recife. No final dos anos 80, assume sua identidade enquanto sujeito do processo de democratização da sociedade e Estado brasileiro, e não somente de assessor dos movimentos sociais. Participou e participa ativamente da construção e consolidação da ABONG e na discussão de relações

* CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

políticas mais igualitárias entre Norte e Sul. Atualmente, o CCLF conta com 3 programas de ação: Informação Democrática; Alternativas Educacionais; e Desenvolvimento Comunitário.

O CCLF nunca desenvolveu projeto específico com mulheres, embora fossem elas majoritárias em muitas de suas áreas de atuação e tornaram-se majoritárias no seu quadro.

Até o início dos anos 90, as iniciativas em relação à perspectiva de gênero no CCLF eram pontuais, identificadas em pessoas que tinham ligações com o movimento de mulheres. A partir de 92, após a participação de uma integrante do CCLF no Seminário promovido pela Red Entre Mujeres, sobre Gênero e Desenvolvimento, no Chile, inicia-se o processo de institucionalização dessa perspectiva na instituição.

Para socializar os resultados desse evento, no CCLF, e iniciar a discussão da perspectiva de gênero em ONGs mistas, foi realizado um debate sobre o tema. Em continuidade, constituiu-se um Grupo de Trabalho, composto por pessoas interessadas, para autocapacitação em gênero, promoção interna de debates e contribuição na revisão dos trabalhos institucionais no tocante à visibilidade da dimensão de gênero.

Desde o início, o GT contou com a assessoria do SOS Corpo, com o qual foi discutida a metodologia de incorporação adotada e depois ampliada para outras ONGs mistas. Optou-se inicialmente pela discussão conceitual, cuja atividade básica era a leitura de textos. Esse trabalho durou cerca de um ano e resultou na construção de uma perspectiva de gênero, com base na conceituação proposta por Joan Scott, complementada com a visão de outros autores e autoras.

Essa perspectiva coloca gênero como “...uma dimensão da desigualdade social a ser superada; é um elemento constitutivo das relações sociais, em todos os âmbitos (símbolos, normas, instituições e identidades), baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; é uma forma primeira de significar as relações de poder. Ele se relaciona com outros elementos - como classe, etnia e faixa etária - e se coloca no campo da emancipação dos sujeitos e da construção da democracia.”

Além do aprofundamento conceitual, foram identificadas conquistas nesse período: a própria constituição do grupo, a ponte com o movimento de mulheres, a mobilização dos seus integrantes para incorporar gênero em seus trabalhos.

Inicialmente o GT adotou uma estratégia horizontal para cumprir com o seu papel de núcleo irradiador, realizou debates, aplicou questionários, criou um mural específico, realizou oficinas para todos os interessados. Num segundo momento, procurou verticalizar o trabalho, discutindo com as instâncias de coordenação do CCLF, onde recebeu o apoio institucional para continuar o seu trabalho e fazer novas experimentações.

Uma das experimentações foi a participação nas reuniões de pauta e avaliação do Programa de TV - Tela Viva, da área de Informação Democrática, onde tentou contribuir com propostas e questionamentos para o programa. No entanto, o tempo e o esforço não trouxeram os resultados esperados. Decidiu-se, então, priorizar a sensibilização das pessoas interessadas que fazem o programa, através da sua participação em oficinas realizadas pelo GT.

O local de maior aprofundamento da incorporação de gênero no CCLF é e foi desde o início a área de educação. Foi realizado um Seminário sobre Educação e Gênero analisando os resultados da Pesquisa sobre Escolarização Básica e discutindo a incorporação da categoria gênero em ações e atividades da área.

Em 93, inicia-se uma parceria interinstitucional com duas outras ONGs mistas, IBASE e FASE, contando com a assessoria do SOS Corpo. Esta parceria foi fundamental para o processo de incorporação de gênero no CCLF, que passou a fazer parte do Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, Democracia e Políticas Públicas (PIC), coordenado pelo SOS Corpo.

Foram realizados um diagnóstico institucional e um primeiro seminário interinstitucional, a partir dos quais o programa foi concebido de modo a aprofundar conceitual e metodologicamente a aplicabilidade da categoria no trabalho das ONGs mistas, dinamizar o debate institucional e permitir a experimentação quanto ao uso da categoria e revisar a cultura institucional.

Para 95/96 estão previstos a realização de dois seminários de formação e elaboração, onde gênero será articulado com temas trabalhados pelas diversas instituições, e que irão subsidiar a elaboração de textos que serão divulgados em forma de cadernos. Para analisar e redesenhar o programa, serão realizados encontros de monitoramento, que também serão socializados em forma de publicações.

Por último, algumas questões provavelmente comuns a muitas ONGs mistas. Incorporar gênero é moda, imposição das agências, demanda das mulheres ou iniciativa institucional? É uma coisa vinda de fora ou está se vendo que é uma dimensão da desigualdade que precisa ser trabalhada?

E para finalizar, uma citação de Patricia Bravo sobre a incorporação de gênero “...não é pra ser uma variável a mais, um elemento pra ser incorporado, nem um aspecto a mais a ser agregado. Um trabalho de gênero alude a homens e mulheres e as relações entre eles implica mudanças substantivas na maneira de olhar nossas sociedades e seu futuro, mas também nossas relações pessoais e nossas vidas”.

Silvia Camurça*

Silvia tratou das concepções e estratégias do SOS Corpo, uma ONG feminista, para o enfrentamento das questões de desenvolvimento, tomando gênero como instrumento de formulação e implementação das políticas institucionais. A seguir, a síntese de sua exposição.

O SOS é um projeto coletivo feminista que hoje tem a forma de ONG. Nasceu como um grupo de militância dentro do movimento. E é isso que dá o tom e orienta a forma que foi se institucionalizando. Nesse sentido, a teoria feminista, desde o início, deu um objeto de trabalho muito claro: o

* SOS CORPO -Gênero e Cidadania

patriarcado. É um desafio a enfrentar: superar a subordinação das mulheres. Isso ajudou a coerência dentro da instituição.

À medida que a própria teoria feminista avançava, revendo um conceito, desenvolvendo outros, isso também foi sendo incorporado na instituição. Tanto idéias gerais do feminismo, que às vezes passavam a ser revistas, atualizadas como o próprio conceito de gênero, que aparece, pela primeira vez, nos documentos da instituição em 86.

O SOS compreende gênero como uma relação social de poder, elaborada no nível das representações e que produz e se reproduz essa relação de poder, através das normas, das leis, dos costumes, das instituições, das formas como são estruturadas e da ação dos indivíduos. Adota, portanto, a proposição de Joan Scott.

As relações de gênero estruturam hierarquias e têm produzido exclusão, exploração e discriminação favoráveis sempre ao pólo mais forte dessa hierarquia, que nem sempre, é o homem. As relações de gênero também desenvolvem relações de poder entre mulheres, por conta de papéis de gênero do tipo a sogra sobre a nora.

Trabalhar com gênero obriga-nos a atuar ao nível das contradições sociais, no campo subjetivo, no campo das políticas, no campo das relações, no campo das instituições, no campo das normas, das leis. Essa não é a única compreensão feminista do que é trabalhar com gênero, mas essa é uma compreensão feminista do que é trabalhar com gênero.

Desse modo, deve-se estar fazendo uma permanente leitura de como estão indo as diferentes instituições, o que se passa com elas, o que se passa com os sujeitos, o que se passa com os processos de desenvolvimento, o que se passa com esse conjunto de contradições. A análise do SOS sobre isso é que tem orientado uma certa política, considerando todas essas questões.

Desde sua origem, o SOS investiu no campo da esfera da reprodução como um espaço de cidadania. E isso porque no âmbito do

desenvolvimento a questão da reprodução humana tem estado subordinada à lógica da produção, que relega a reprodução a um plano secundário ou mesmo de invisibilidade social. Essa hierarquia não é só biológica e traz consequências negativas para a vida e relações humanas. E isso é uma questão de gênero e de interesse do feminismo, que se interessa com os rumos do planeta.

Essa hierarquia, em resumo, produz um limite às possibilidades de formulação de políticas públicas voltadas para o bem-estar das pessoas. Prevalece a política de desenvolvimento econômico em detrimento de políticas sociais. Restringe o campo de visão dos problemas globais à esfera da produção, produzindo, através do conjunto de políticas pensadas com essa estreiteza de visão, uma sociedade bastante perversa, excludente, poluidora, insustentável. E isso também é uma questão de gênero.

Enfrentar isso abre um leque imenso de iniciativas possíveis. O SOS tem escolhido dar visibilidade ao papel social da reprodução humana e investir na sensibilização da sociedade quanto aos benefícios para a humanidade, de um rearranjo e um desequilíbrio dessa hierarquia.

Isso pode ser feito de diversas maneiras. O SOS priorizou o campo da saúde, dos direitos reprodutivos e mais recentemente dos direitos sexuais, porque tem uma incidência direta no comportamento de homens e mulheres e nas condições dadas pelas relações de gênero que as mulheres vivenciam hoje. Ao mesmo tempo que tenta dar visibilidade à importância da esfera da reprodução, busca solucionar consequências imediatas que essa situação traz para as mulheres. Contribuir para alargar o conceito de direitos reprodutivos e ao mesmo tempo buscar concretizar em políticas sociais a nível local e nacional.

É fundamental também contribuir para construção e fortalecimento de organizações de mulheres na sua diversidade. Contribuir para capacitação de organizações mistas para que possam atuar nos processos e políticas de desenvolvimento também considerando a perspectiva de gênero.

Alguns desafios que o SOS enfrenta. Um primeiro é no campo conceitual, legitimar a teoria feminista e a prática política feminista como fonte de aprendizagens válidas. Tomar a teoria feminista como fonte de

aprendizagem não significa concordar com ela, mas significa pelo menos se dispor a conhecê-la, a lê-la, a dialogar com ela.

Um segundo desafio grande é no campo da formulação dos projetos políticos. Nesse campo o maior desafio é fortalecer esse sujeito mulher e suas organizações coletivas. O conceito de gênero é um instrumento muito poderoso para formular político, mas ele não substitui a ação dos sujeitos.

Realmente incorporar gênero, no SOS, foi um esforço de reler todo o desenvolvimento, repensá-lo, botando gênero ali dentro. E nesse esforço tanto as ONGs mistas quanto as feministas têm que se dedicar a fazer mais do que já estão fazendo. Sobretudo as ONGs mistas que começam a tratar essa nova matriz nas suas referências.

DEBATE

Muitas e diversas foram as intervenções colocadas em debate, no entanto, por questões de espaço e tempo, esta sistematização apresentará os tópicos principais.

O primeiro aspecto abordado foi em relação à discussão sobre **conceito gênero** ser um “conceito em moda”. Alertando-se para o esvaziamento do conteúdo político que tal afirmação traz; a luta do movimento internacional feminista em torno da incorporação dessa perspectiva como uma categoria de análise, o significado da conquista. A invisibilidade de um conhecimento existente, um saber que está expressando uma das formas como as mulheres estão se empoderando. E esse empoderamento está questionando conhecimentos produzidos principalmente pelos homens e assumidos também pelas mulheres. O androcentrismo é dos homens e também das mulheres.

Foi apontada também a necessidade de um maior aprofundamento conceitual, de um maior exercício de argumentação para que se possa proceder à incorporação de gênero em diversas áreas onde a dificuldade é maior, como é o exemplo da área de Justiça e Segurança, entre outras. Essa dificuldade foi apontada também como um problema em relação ao diálogo com as agências no tocante à incorporação de gênero.

Ainda no âmbito da incorporação do conceito, questionou-se qual a contribuição que grupos de homens podem dar. Ao que foi colocado, com base em experiências observadas, o mais importante seria que se abrissem à leitura da produção que as feministas e mulheres pensaram e que vissem até onde isso contribuiu e contribui para o mundo. E tentar o diálogo. O movimento dos homens acontece na medida em que se sentem mais à vontade em assumir o desconforto que têm em relação aos seus papéis tradicionais, e isso é um produto do avanço desse movimento mais amplo.

Outro destaque ficou por conta de um questionamento sobre as **“esparrelas” de gênero**. Foram destacadas 3: a primeira seria esquecer o conceito de patriarcado e substituição por gênero, o que seria um grande equívoco. A segunda, é a demasiada ideologização da questão, como disputas do tipo gênero vai tirar a radicalidade do feminismo. E, a terceira, é em relação à rejeição, pensar que o feminismo já produziu tudo o que tinha que produzir, e esquecer o exercício constante da atualização das referências.

Outro aspecto que preocupou as participantes diz respeito à questão da **produção e reprodução**, levantando questões como revisão desses padrões, relação com a natureza, produção relacionada a consumo, o doméstico e o político. E, ainda, o destaque para a questão da dicotomia entre essas esferas que, segundo opiniões, o gênero vem quebrar, mostrando que é falsa e que o mundo não pode ser pensado como duas esferas separadas.

Uma questão levantada foi em relação aos filhos da solidão, como um problema colocado para as mulheres. A discussão apontou que esse é um problema de gênero, que diz respeito também aos homens e à esfera das políticas públicas, uma vez que é uma questão social. Portanto, além da paternagem, que deveria ser assumida pelos homens, políticas públicas deveriam ser formuladas no sentido de oferecer equipamentos sociais que facilitassem a vida tanto do pai e da mãe, como na perspectiva de facilitar o processo de socialização das crianças.

Em relação às **estratégias para incorporação de gênero** foram claramente apontadas duas. Uma seria a constituição de um consórcio de entidades, buscando a complementação das ações, já que gênero perpassa

todas as demais questões, seria impossível à uma ONG apenas esgotar o leque de possibilidade que ele dá. Houve um destaque no sentido de que nesse consórcio a questão de gênero ficasse sob a responsabilidade de uma ONG feminista. A segunda estratégia, seria colocar para a ABONG a possibilidade, dentro dos planos de capacitação, gênero como um tema.

Duas questões foram colocadas, que dizem respeito especialmente a dois “segmentos” dentro do movimento de mulheres, **as negras e as prostitutas**. As primeiras, destacaram as dificuldades encontradas junto às agências em relação ao apoio em suas lutas específicas, por entenderem que o movimento de mulheres contempla. Esquecendo-se de que, entre as mulheres, as negras são quem de fato estão mais à margem da sociedade, e, além de terem as questões específicas das mulheres e de gênero para levar, têm ainda a luta da raça e da classe, que são fardos a mais na sua luta pela cidadania.

E, as segundas, as prostitutas, além do problema com as agências, que colocam que a sua luta vai contra a autonomia das mulheres, desconsiderando sua autodeterminação; colocam também as dificuldades que enfrentam dentro do próprio movimento em relação às discussões sobre gênero. Questionando quando começarão a ter interlocução com o movimento sobre essas questões e em especial sobre a questão de gênero.

Para ambos os “segmentos”, uma questão de fundo colocada pelo debate, em relação às agências, foi que não é prioridade das agências o fortalecimento dos sujeitos, e que há uma grande necessidade de elaboração e argumentação para superação dessa dificuldade.

E, especialmente em relação às prostitutas, foram apontados dois focos atuais de abordagem da questão. Um relacionado às questões de desenvolvimento, considerando o turismo sexual. E outro é a perspectiva de avanço, a partir da ampliação da discussão sobre direitos sexuais posta na pauta de Beijing, que propicia uma maior legitimidade e que começa a desconstruir o medo e os tabus existentes em torno da questão, sejam eles de natureza religiosa, moral ou ética. Não é suficiente, mas é um começo.

Por último solicitou-se do SOS-Corpo que explicasse um pouco como aborda a questão da **AIDS** em seu trabalho. Em relação tanto à **AIDS**, quanto a outras **DSTs** e à prevenção de Câncer de Colo, o SOS busca colar com o tema geral de Direitos Reprodutivos. Em Recife existem vários grupos de mulheres que trabalham com **AIDS** na cidade e, portanto, não tem sentido um tratamento específico por parte do SOS. Ainda assim, existiram duas iniciativas em relação ao tema. Uma foi a tradução do livro que se chama “A Tripla Ameaça: mulheres e **AIDS**”. Que traz uma abordagem de gênero, inclusive já tentando buscar algumas explicações de por quê cresce tanto a **AIDS** entre as mulheres. E a questão do bissexualismo dos homens, que muitas vezes não dizem em casa. A questão da aceitação de que a estrutura da família realmente é monogâmica, quando a monogamia vale mais para as mulheres do que para os homens.

Quando o SOS faz oficinas de prevenção dentro da Campanha “Quem faz sexo, faz prevenção” (o Recife tem um dos maiores índices de câncer de colo da América Latina) começa com câncer mas também pega um pouco de **AIDS**. No geral, quem faz sexo tem que fazer uma série de prevenções, gravidez indesejada, prevenção ao câncer, prevenção à **AIDS** e **DSTs**.

Maria Rita Talouis*

Maria Rita centrou sua fala sobre a construção e os problemas enfrentados pela Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing, que se iniciou em 1993, quando mulheres do Rio, São Paulo, Recife e Brasília começaram a se reunir por causa da necessidade de participação ampla de todos os segmentos sociais ligados às mulheres para essa Conferência.

Naquele momento havia também uma sobrecarga de trabalho, relacionada aos compromissos assumidos durante a ECO'92, Conferência de Viena - que acabava de terminar - e a do Cairo, ainda para acontecer, e que era de fundamental importância em relação às proposições das mulheres. Desta forma, Beijing foi chegando em meio a todas essas demandas.

Nessa ocasião, divulgou-se a notícia sobre uma reunião, ocorrida em Paris, onde um pool de agências financeiras resolviam a questão da cooperação para o mundo todo, especificamente relacionada a Beijing. Havia dividido os continentes por regiões e decidido quais agências dariam mais ênfase a este ou àquele continente ou país. A América Latina foi dividida em 6 sub-regiões: América Central, Caribe, Região Andina e Cone Sul, sendo o Brasil e o México considerados cada um uma região. Nessa divisão caberia ao Brasil e à América Latina o financiamento da USAID. Os países de língua espanhola receberiam uma possível complementação do governo espanhol. Mas, ao Brasil, caberia como agência que financiaria a Articulação de mulheres brasileiras para Beijing a USAID. Essa informação causou uma grande confusão, pois todas as pessoas sabiam da

* Articulação Nacional das Mulheres Brasileiras para Beijing -

história da USAID durante a ditadura e sua ação contra os grupos que se opunham ao regime. Além disso, a própria presença da USAID em programas de esterilização em massa, que dizia respeito especificamente às mulheres.

Várias organizações foram visitadas por uma representante da USAID aqui no Brasil, oferecendo a possibilidade a algumas ONGs, de capitanearem esse movimento. O que deu tranquilidade à Articulação foi a trajetória do movimento de mulheres, pois todas as organizações procuradas disseram que não aceitariam., porque se tinha a clareza de que a Articulação deveria realmente ser mais ampla. Foi por aí que surgiu a idéia do encontro nacional, que aconteceu graças ao financiamento do UNIFEM, sem o qual não teria sido possível, que foi um ponto marcante na Articulação das Mulheres Brasileiras..

Esse encontro foi muito movimentado, justamente por causa da questão do financiamento da USAID. Muitas organizações tinham projetos financiados pela USAID. Mas uma coisa era ter projetos financiados e outra era capitanear o movimento de mulheres pela USAID, e isso estava claro. A grande preocupação era não haver cisão no que se estava fazendo como movimento para Beijing, a Articulação deveria incorporar os vários segmentos do movimento de mulheres com todas as suas diferenças e questões.

Das decisões desse encontro destacam-se duas que foram mais definidoras dessa questão. A primeira foi em relação à formação de um Comitê Nacional composto por todos os Estados, com representantes escolhidas nos fóruns estaduais. Até aquele momento vinha-se trabalhando com representação temática, por grupo de trabalho. O Comitê Nacional teria um caráter deliberativo. E, para a operacionalização das decisões desse Comitê, seria composta uma secretaria executiva.

A outra decisão importante - tomada por votação, com declarações e falas - foi que não se aceitaria o financiamento da USAID, e seriam procuradas outras agências. Mesmo com o risco de as agências encaminharem a solicitação para a USAID, pois essa era a decisão de Paris. De qualquer maneira havia sido decidido que não se aceitaria o financiamento da USAID. Um detalhe importante é que mesmo quem votou a favor da USAID tinha um outro tipo de discussão absolutamente respeitada. Os

motivos da não aceitação da USAID foram os mais dignos. Havia o entendimento de que não se deveria discutir a cooperação a partir desta ou daquela agência, e sim a cooperação a partir da política de cooperação como um todo.

Num outro encontro, realizado em maio, em que participaram aproximadamente 14 Estados, representados por 30 mulheres, resolveu-se sobre a criação da secretaria executiva e solicitou-se que sua sede estivesse localizada no Rio de Janeiro.

Ainda em 94, em setembro, houve o Fórum do Mar del Plata, na Argentina, que reunia todos os países latino-americanos. Para participação nessa instância era exigida a apresentação de um documento por país. Como a Articulação Nacional começou a se reunir em maio, ainda não havia sido possível preparar nenhum documento. Também a idéia era a de articular os Estados, fazer documentos por Estado, depois fazer uma conferência e um documento nacional. Enviou-se, então, um pequeno relatório explicando que tinha sido decidido privilegiar esse processo, e que se entendia Beijing realmente como uma oportunidade para a rearticulação das mulheres que, de alguma maneira, estavam desarticuladas ao longo desse período, desta década de desarticulação, como é o caso de vários segmentos do movimento social. Assim, participou-se do Fórum do Mar del Plata enquanto Articulação Nacional, isso foi um reconhecimento dos movimentos de mulheres do Brasil. E o fato de priorizar o processo também deu consciência de que não se podia afastar dessa articulação, ainda que não se conseguisse cumprir os prazos estabelecidos pelo Fórum. A Articulação Nacional participou de todas as reuniões do Fórum.

Especialmente em relação à cooperação, foi um aprendizado. Constatou-se efetivamente que é muito mais fácil conseguir financiamento para determinado evento do que para o cotidiano. Esquecendo-se que sem o cotidiano o determinado evento não aconteceria. No caso da Articulação, por exemplo, a dificuldade de financiar a secretaria executiva foi enorme. De um lado as pessoas não tinham tempo para dispor do seu trabalho diurno, trabalhava-se à noite. De outro lado, não havia recursos nem espaço disponível. O máximo que se conseguiu foi uma sala cedida pela FASE, pagar uma secretária, manter um telefone e um fax. Uma coisa bem precária. Uma questão que ficou dessa articulação em termos de

cooperação foi isso. A dificuldade de financiar o cotidiano é muito grande.

Em relação aos projetos, pensava-se que seriam apresentados entre 10 e 15 projetos para financiamento. No entanto apareceram 21, e decidiu-se que todos teriam o direito de receber o financiamento. Deste modo, dividiram-se os recursos, e cada Estado teve de trabalhar com menos verba ainda, da pouca que já se previa. Foi, de fato a vontade de fazer que possibilitou sua realização.

Conseguiu-se de algumas agências mais sensíveis recursos para divulgação da informação. Parece que pela primeira vez as mulheres de vários segmentos, de vários grupos, com todos os recortes temáticos que você possa imaginar - rural, negra, portadoras de deficiência, qualquer que tenha sido, se sentiram contempladas, participaram e introduziram as suas questões no documento do Brasil.

O fortalecimento das relações e a inclusão do Brasil, nas questões da América Latina, foram muito importantes. Na opinião de Maria Rita, foi tão importante que ao Brasil coube a organização da tenda da América Latina em Pequim. Essa tenda, na visão dos/as que participaram, cumpriu mais do que os seus objetivos, juntou não só pessoas da América Latina, mas mulheres de outros países, porque tem essas coisas de movimento, estar aberto, de discutir as questões. Deu a sensação de um trabalho de integração e de uma proposta de não caminhar sozinho.

O fato de a Articulação Nacional ter tido uma presença na delegação oficial do Brasil é um reconhecimento de que essa delegação existiu, trabalhou e garantiu efetivamente esse espaço na própria delegação oficial do governo brasileiro em Pequim. E só a paixão é que fez produzir tanto, com tão pouco dinheiro, num lugar tão grande feito o Brasil.

E, para terminar, Maria Rita, cita uma frase de Clarice Lispector, que traduz um pouco o que foi essa Articulação: *“E agora tinha o que na verdade era tão mais perfeito, era a grande liberdade de não ter modos, nem formas”*.

Finalmente, agradece especialmente às agências que acreditaram nessa Articulação e que contribuíram para que acontecesse.

Sonia Corrêa*

Para Sonia, Beijing foi, sem dúvida, um sucesso. Do ponto de vista das negociações oficiais foi possível reter a linguagem de Viena, do Cairo e de Copenhagem, bem como, em alguns casos, ir além das resoluções anteriores. Como exemplos significativos cita a definição sobre direitos sexuais estabelecida no parágrafo 97 da Plataforma de Ação, que apesar de não usar o termo “direitos sexuais”, explicita os seus conteúdos; a recomendação para que os países considerem a revisão das legislações punitivas com relação ao aborto; a necessidade de identificação, mensuração e valoração do trabalho não remunerado.

Outro aspecto ressaltado foi a inclusão de raça e etnia como fatores não aceitáveis de discriminação que denota o avanço e marca o papel crítico do Brasil na Conferência. Esta é a primeira vez que um documento das Nações Unidas usa essa terminologia. Até então, inclusive nos países africanos, se recusavam estes dois termos.

O destaque para as mulheres como mediadoras nas situações de conflito e o respeito pela autonomia política das ONGs, marcado duas vezes na Declaração, são dois outros pontos que Sonia denotou como marca do avanço de Beijing.

Com relação à participação das mulheres, Beijing inverteu a ordem habitual dos debates políticos, pois entre os 3 mil representantes de ONGs presentes, mais de 80% eram mulheres.

* IBASE

Do ponto de vista do debate sobre desenvolvimento, Beijing firmou a noção de que a desigualdade de gênero não tem fronteiras, não podendo ser pensada estritamente dentro dos marcos nacionais. Assim sendo, está abertamente sintonizada com os processos de globalização vivenciados neste fim de século. Nesse sentido, tendo como referencial México e Nairóbi, as resoluções e recomendações de Beijing significam um salto qualitativo, uma vez que coloca os sistemas de gênero como estruturais, na medida em que ordenam os processos sociais e econômicos. Gênero não mais significa a “situação das mulheres”. Gênero é um instrumento de análise crítica que deve e pode ser aplicado às políticas macroeconômicas, as grandes políticas globais e dos Estados nacionais.

Isso se expressa claramente nos parágrafos relativos à “mensuração do trabalho não remunerado”, recomendação que amplia as indicações aprovadas na Cúpula de Desenvolvimento Social, Copenhague - 1995, legítima a necessidade de que a dicotomia entre produção e reprodução seja superada no plano teórico e nas estratégias de transformação social.

Para avaliar os impactos de Beijing em termos da Cooperação Internacional, é necessário na opinião de Sonia, considerar qual tem sido a contribuição da cooperação para a constituição dos movimentos de mulheres e das agendas feministas nos planos nacionais e globais desde a Conferência do México, em 1975. Nesses 20 anos a cooperação teve um papel histórico fundamental. Veio, indubitavelmente, investindo nas organizações de mulheres e na questão de gênero. No entanto, lembra Sonia, que até o início da década de 90, raramente as questões da mulher ou de gênero fizeram parte das políticas gerais das instituições, e que os “gender policy desks” são um fenômeno desta década.

Isso significa que os recursos alocados para o movimento de mulheres o foram, não por definições políticas estratégicas claras da Cooperação Internacional, e sim por um esforço invisível das próprias mulheres dentro das instituições da Cooperação. Nessas duas décadas que separam Beijing do México, as mulheres e a agenda de gênero fizeram uma viagem silenciosa através das instituições; os rostos que em Nairóbi nenhuma relação tinham com as negociações oficiais, hoje, dez anos depois, são rostos de pessoas inseridas em pontos importantes do sistema de Cooperação. Este é um outro salto de qualidade que Sonia considera importante ser resgatado, ressaltado e reforçado.

Todavia isso não tem se traduzido em termos de recursos nos marcos institucionais existentes, seja no campo não governamental, seja na cooperação multilateral. A crise vivenciada pelo UNIFEM em 1994, no contexto de preparação para Beijing, é um exemplo disso, refletindo a falta de prioridade efetiva com relação às questões de gênero por parte das instituições que atuam na Cooperação Internacional.

Os recursos destinados a programas de gênero, no conjunto da cooperação não governamental, bi e multilateral, com exceção a algumas agências americanas, como é o caso da Ford Foundation, possivelmente não ultrapassam 10% do volume total de recursos transferidos entre o Norte e o Sul. A exemplo cita os investimentos feitos no campo de população que, em 1994, recebeu 1 bilhão de dólares, dos quais 20 milhões foram canalizados para programas relacionados a gênero ou organização de mulheres. E se isso ocorreu foi porque em 1994 realizava-se a Conferência do Cairo. E, de modo geral, esse investimento não significou um apoio em termos de desenvolvimento e sustentabilidade institucional para garantir a permanência das organizações de mulheres no pós-Cairo.

Em vista desse quadro, Sonia entende que caberia perguntar como Beijing pode alterar o grande descompasso entre a retórica e a efetiva alocação de recursos. A definição da Plataforma de Ação diz explicitamente: “assegurar recursos adicionais para todos os países em desenvolvimento desde que seja para os programas de equidade de gênero e empoderamento das mulheres” - que, na prática, significa realocação de recursos e não aumento no volume total do disponível. Outro aspecto enfatizado pelo documento é a qualidade da ajuda ao desenvolvimento. Ponto que tem sido pouco discutido pelo movimento de mulheres.

Nesse sentido não se pode perder de vista que Beijing reitera os acordos prévios de cada década (CNUMAD, Viena, Cairo, Copenhagen), bem como as estratégias para o futuro definidas em Nairóbi. Obrigada, desse modo, a existência de recursos para implementar as resoluções das conferências anteriores.

Das 3 Conferências anteriores a Beijing, a ECO e o Cairo definiram metas em termos de recursos para a implementação dos respectivos Programas de Ação. No caso de Viena emerge a necessidade de maiores investimentos nos programas de monitoramento dos direitos humanos das

mulheres, reformas legislativas e de mecanismos para prevenção dos abusos, uma vez que não foram definidas metas em termos de financiamento. Do mesmo modo Copenhague delineou alguns princípios que também colocam a perspectiva de mais dinheiro para as mulheres: o trabalho não remunerado a ser contabilizado, a erradicação da pobreza absoluta e a prioridade para o desenvolvimento social. Entretanto, também não definiu com clareza de onde virão os recursos para pagar esses programas.

Torna-se, portanto, urgente definir mecanismos de garantias para a realocação de recursos daqui para a frente. Montar um sistema de monitoramento custa dinheiro, tanto quanto custou dinheiro montar a agenda, mobilizar as mulheres, ir a Beijing.. Essa agenda também se aplica à cooperação não governamental. Sonia indaga se os movimentos de mulheres estão pensando estratégias para realizar essa tarefa.

Outra questão que deve ser considerada é o “novo momento” da Cooperação Internacional. Tratado como crise, especialmente no Brasil, por ter afetado os orçamentos primários das organizações. Talvez o termo para definir esse “novo momento” seja “reconfiguração”. A Cooperação Internacional não vai acabar. Está, sim, passando por um profundo e inevitável processo de transformação que deve ser compreendido, posto que, como foi concebida, durante 50 anos a Cooperação Internacional foi um instrumento da bipolaridade. Assim, após a queda dos muros, essa forma perde sentido.

Sonia cita como exemplo desse momento de transformação a própria reforma do Sistema das Nações Unidas - registrado inclusive na Time Magazine, cuja capa afirma: “ONU - Reforma ou Desaparecimento”.

Essa chamada crise da Cooperação atinge até mesmo o Banco Mundial, cujo volume total de recursos tende a diminuir. Essas são informações fundamentais para a avaliação da escala do desafio com que se está lidando, quando se pensa no tema da mobilização dos recursos necessários para fazer de Beijing uma realidade.

Esse quadro coloca para o movimento de mulheres a questão da disposição e habilitação para tratar com questões dessa natureza no âmbito do diálogo com a Cooperação Internacional. Além da parceria

com as agências não governamentais, há que se refletir se existe uma disposição e habilitação para o enfrentamento de discussões e o recebimento de financiamentos do Banco Mundial, do BID, da CEE, com toda a complexidade que isso implica.

Outra questão importante para Sonia é saber o que se teria feito se tivessem mais recursos disponíveis ou o que se fará se tiver mais recursos. Esta segunda questão relaciona-se com o dilema anterior, no tocante à escala. Devemos nos questionar se os movimentos de mulheres no Brasil e no mundo estão habilitados, nesse momento, para o desafio que a superação da desigualdade de gênero implica em termos quantitativos de definições macropolíticas. Essa questão deverá ser respondida com consistência nesse período pós-Beijing.

De outro lado, há que se traduzir esse desafio para o contexto brasileiro, superando-se a percepção de que “cooperação internacional” significa acesso a recursos internacionais. Caminhando-se no sentido de assegurar, cada vez mais, que programas de gênero sejam financiados por recursos nacionais e fazer da Cooperação Internacional - particularmente a não governamental - uma aliada em termos de conteúdos e de alianças, sobretudo porque Gênero tornou-se agenda global.

Entre outras razões, é fundamental pensar a Cooperação em termos estratégicos - políticos e conceituais -, pois, enquanto a economia e a produção se globalizam, o social - por decorrência a reprodução social - se nacionaliza cada vez mais. Tanto que a própria Plataforma de Ação de Beijing afirma que a responsabilidade pela implementação é fundamentalmente dos Estados nacionais.

Maria Betânia Ávila*

A coordenadora teceu seus comentários a partir da observação sobre os enfoques das exposições. O primeiro, de Maria Rita, que destacou o caminho da ida. A importância

* SOS CORPO - Comentários

das articulações das organizações de mulheres e de outros atores sociais, em relação às últimas conferências. A importância da sociedade civil no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado. E, ainda, a importância da sociedade civil de se articular a nível global.

O segundo enfoque, de Sonia Corrêa, abordou a questão dos avanços de Beijing e dos desafios que colocam para o movimento de mulheres a nível nacional e internacional.

Entre as diferenças fundamentais de Beijing em relação a Nairóbi e Copenhague, destacam-se os avanços na questão da mensuração do trabalho não remunerado, entrando na questão da produção-reprodução, inserção das mulheres nos projetos de desenvolvimento, levando novamente a uma análise de gênero e desenvolvimento. A crítica do modelo vigente, gerador de exclusão e desigualdade.

Acrescenta, ainda a colocação dos direitos reprodutivos como direitos humanos; no campo simbólico, tira as mulheres da situação de produtoras e reivindicadoras apenas de direitos específicos. Direitos reprodutivos como direitos da humanidade implica que, homens e mulheres, juntos na prática, reelaborem essa relação. O desafio para as mulheres na sua definição de maternidade como lugar de sofrimento, nas suas 2 ou 3 tarefas e, para os homens, na definição de provedores, afastados do cuidado, afeto e vivência da paternidade como lugar de cotidianidade, intimidade, afeto e prazer.

E, finalmente, o fato de os países muçulmanos não colocarem as questões culturais acima dos direitos humanos traz uma ruptura milenar com a idéia de cultura fundida com natureza. E, com isso, a possibilidade, largamente usada, da violência impune e naturalizada. Assim, não mais se pode usar o argumento da cultura como um aval para o exercício da violência, seja ela de que natureza, de que maneira for.

Uma outra questão que colocou foi a preocupação, especialmente depois de Beijing com o que diz respeito à utilização do termo “feminilização da pobreza”. A pobreza nunca foi masculina, para tornar-se feminina depois. A pobreza sempre foi geral, portanto, não se pode falar em feminilização - que indica um processo. **O que está acontecendo no mundo não é a feminilização da pobreza, e sim o empobrecimento cada**

vez maior das mulheres, em quantidade e qualidade de vida, o que é muito diferente. Portanto, há um grave risco conceitual no uso dessa terminologia.

DEBATE

A questão dos **recursos** diante do quadro de globalização da economia foi bastante polêmica durante os debates. Um questionamento que voltou à tona foi em relação ao entendimento de desenvolvimento que se tem, se se trata do atendimento às carências ou da construção da cidadania e democracia. Ficando novamente o indicativo para o aprofundamento dessa reflexão.

Argumentou-se também que apenas 5% dos recursos da cooperação internacional são dirigidos diretamente à sociedade civil, e que é necessário sua ampliação, inclusive para o seu fortalecimento na pressão e monitoramento das ações dos governos.

Ainda quanto à captação de recursos nacionais, diversos foram os exemplos que demonstraram que o Brasil dispõe desses recursos. No entanto, as informações não são socializadas e, quando são, as dificuldades burocráticas inviabilizam o seu uso.

Apontaram-se 3 estratégias para o enfrentamento da globalização e para a implementação das plataformas de Beijing e das conferências anteriores: 1. o fortalecimento da sociedade civil no plano nacional e suas negociações internacionais; 2. a capacidade de transformar os aparatos de regulação, que atualmente seguem um modelo setorializado, fragmentado, que está superado diante do contexto atual; e 3. desafiar mercados.

Em relação ao desafio de mercados, a captação de recursos internos via o Terceiro Setor foi apontada como uma das saídas. No entanto, questionou-se que essa estratégia forçaria uma despolitização das ações das ONGs, uma vez que o Terceiro Setor atua no campo da solidariedade cidadão-cidadão e não tem nenhuma incidência ou questionamento em relação às políticas sociais de natureza pública, portanto não questiona o Estado e nem suas estruturas.

Outro aspecto levantado sobre essa questão foi que a democracia política está dando condições de se começar a negociar a democracia social. E que nesse contexto as mulheres devem começar a pensar em políticas globais, superando o foco nas mulheres. Um exemplo para ilustrar o argumento foi o caso dos recursos do Ministério da Saúde que, para o ano de 96, estão orçados em 16 bilhões de dólares - orçamento equivalente à ajuda do Banco Mundial para os países mais pobres. Destes 16 bilhões 50% vão para o combate à mortalidade infantil e 50% para a manutenção da rede, ficando o resíduo com programas de AIDS, saúde da mulher etc. Questiona-se: o interesse das mulheres aqui são os resíduos que vão para o programa específico ou devem ser os 8 bilhões de dólares? As mulheres têm de se capacitar, hoje, para enfrentar os grandes orçamentos. O BID, a CEE, o Banco Mundial.

Nesse sentido, vem uma outra questão que é se as mulheres estão em condições de enfrentar esse problema, que é um problema de escala para os desafios de gênero, desenvolvimento e cooperação. Ou seja, qual a possibilidade de capacidade das mulheres ser ampliada pela via de incorporação de gênero para além do movimento de mulheres? Isso implicaria o necessário fortalecimento da organização das mulheres para que pudessem trabalhar articuladas com outros atores sociais?

Destaca-se também a necessidade de enfrentar a questão não só relacionada a Beijing, mas também a todas as outras conferências da atualidade, para mudar a racionalidade com que tem sido construído o desenvolvimento. Porque quem até agora atuou em grande escala atuou muito mal. Infelizmente um dos desafios postos para as mulheres é o de provar que têm competência. Isso é para as mulheres e para os negros. Sempre a exigência é muito maior. Para começar a reequilibrar, considerou-se também que é necessário colocar essa questão, sim, para outros atores, começar a ampliar. No entanto, sem dispensar a questão para o próprio movimento de mulheres.

Outra preocupação apresentada está relacionada ao campo da disputa simbólica sobre o sentido do desenvolvimento que hierarquiza a relação **produção-reprodução**. Questionou-se até onde Beijing teria conseguido enfrentar essa dicotomia e até onde estaria limitada a reconstrução dos processos de desenvolvimento, até onde é possível pensar políticas de cooperação que tentem desafiar essa construção. Nesse sentido, colocou-

se que continua presente nos debates sobre globalização da economia, tal como está estruturado no sistema. O desafio seria introduzir no debate econômico a noção de que o social não é residual. Esse é um desafio para as mulheres assumirem isso nos grandes aparatos como o Banco Mundial, como já foi colocado anteriormente. Enfrentar essa discussão no âmbito global é necessário e é o grande desafio.

Um outro rol de preocupações do debate apareceu em relação ao **cumprimento da plataforma de Beijing**, os compromissos assumidos pelos governos, especialmente pelo governo brasileiro e o papel da Articulação Nacional no pós-Beijing.

Quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos, foi uma preocupação geral, haja vista que não é tradição do governo cumprir seus acordos. Um exemplo disso é a pauta para votação do Projeto de Emenda Constitucional n. 25/95, que inviabiliza o aborto previsto em lei. Se aprovado, irá contrariamente, também, ao compromisso firmado pelo Brasil em Beijing. Uma estratégia apontada como forma de pressão para o cumprimento dos compromissos governamentais foi a de divulgar amplamente para a sociedade brasileira o que foi firmado pelo Brasil nas conferências internacionais. E um dos grandes problemas apontados para o não cumprimento é justamente a desinformação do conjunto da sociedade. Demonstra-se que apenas os envolvidos/as nas conferências é que conhecem seus resultados, ao conjunto da sociedade passa despercebido. Nos casos do aborto previsto em lei, por exemplo, a sugestão foi fazer um quadrinho e colocar nos postos de saúde, serviços médicos, tribunais etc.

Em relação à continuidade da Articulação Nacional várias opiniões e nenhum consenso, sobre se se deve continuar ou não e com que papel. Está previsto um encontro pós-Beijing, no entanto não é certo como e quando ocorrerá, dada as dificuldades financeiras para sua realização.

Ainda quanto aos resultados de Beijing, uma outra preocupação apareceu, que é relacionada à bancada oficial, que apesar de ter apresentado efetivamente a pauta das mulheres, na volta ao Brasil teria o papel de traduzir os seus resultados a nível da sociedade brasileira e monitorar a ação do Estado em relação ao seu cumprimento. Nesse sentido, alguns

problemas começaram a surgir no tocante, inclusive, ao entendimento de desenvolvimento e do atendimento às carências.

Emergiu novamente do debate a discussão em torno do termo **feminilização da pobreza**. Vindo todas as posições a corroborar com as opiniões já expressas nas considerações da coordenadora da mesa.

Uma questão particularmente importante, que é o **papel do Judiciário** na implantação do desenvolvimento, também foi pauta para discussão. Destacaram-se 3 pontos: primeiro, a capacidade de obrigar o Estado a cumprir com as suas obrigações sociais na implementação de políticas públicas. Há uma via judicial, promovendo-se uma ação de execução da obrigação de fazer contra o Estado. Isso pode ser usado para a implementação de políticas públicas de qualquer natureza, independente de constar na Constituição ou em qualquer outro tipo de legislação. Segundo, a capacidade de punir os maus gestores na aplicação dos recursos públicos, inclusive recursos da cooperação. E, terceiro, o intercâmbio globalizante do Judiciário com reflexos no desenvolvimento e sua qualidade, a partir da definição dos textos legais, sua aplicação e interpretação. A partir dessa discussão, concluiu-se da necessidade de as mulheres incorporarem essa discussão sobre o Judiciário e estratégias para sua reforma, uma vez que está permeado por uma cultura que inviabiliza a sua ação mais eficaz.

Finalmente, há a inquietação de se tentar balizar que incidência Beijing poderá ter trazido para as agências de cooperação em relação à incorporação de políticas de gênero. Uma coisa ainda muito recente para poder ser analisada.

GRUPOS DE DIÁLOGO

Experiência de Capacitação em Gênero

O grupo esteve coordenado por Nalu Farias, do SOF, e Moema Viezer, da Rede Mulher, e contou ainda com a participação de Ana Paula Portella, do SOS Corpo.

Esse foi o grupo que reuniu a maior parte das pessoas do Seminário, e o único que contou com a participação de homens.

As questões colocadas na discussão eram de várias ordens, sobressaindo-se entre elas a questão da ausência de sistematização, das práticas educativas, um limite para a difusão e revisão destas próprias práticas, principalmente considerando-se os desafios da capacitação em gênero, dada tanto pela novidade do conteúdo, como pela inclusão de homens nos processos de formação.

A maioria das experiências apresentadas nas exposições e debates referiam-se à capacitação voltada para mulheres e junto a grupos e organizações de mulheres. Os objetivos dessas capacitações são principalmente a construção e o fortalecimento das organizações de mulheres e das próprias mulheres enquanto sujeitos, buscando contribuir com maior qualificação de sua intervenção social. Os conteúdos são muito variados, mas os métodos, em geral, partem da reflexão sobre o cotidiano para alcançar análises de maior escopo. Uma lacuna apontada é a articulação entre raça e gênero ainda muito incipiente, quando não ausente, desse tipo de capacitação.

Um segundo grupo de experiências são aquelas capacitações voltadas para grupos mistos, realizadas na área sindical no interior de ONGs e das agências. Sobre elas o principal foco de atenção foi quanto à participação dos homens: diferenças na apropriação de conteúdos; resistências; sensibilização.

As capacitações para grupos mistos variam nos seus objetivos: algumas estão voltadas para capacitação técnica dos agentes de implementação de projetos de cooperação; outras voltadas para a revisão das práticas institucionais e suas estratégias políticas; e outras ainda têm o foco na sensibilização com vistas na democratização das relações cotidianas entre homens e mulheres no interior de movimentos sociais.

Em ambos os casos (capacitação voltada para grupos de mulheres e grupos mistos), algumas indicações foram apontadas nos debates:

- realizar cursos específicos sobre relações de gênero, mas também incluir a dimensão de gênero no tratamento dos conteúdos de outros cursos que a organização já desenvolva;
- comprometer os níveis de direção das organizações como forma de garantir continuidade e desdobramentos dos processos;
- compreender a capacitação como processo que se inicia no momento de preparação e elaboração do curso, oficina ou encontro que será oferecido; realizando atividades de análises de contextos para definição clara dos objetivos da capacitação.

Por fim, indicam-se alguns dos desafios que se revelam nos processos de capacitação:

- a dimensão de conflito que está contida no debate junto a grupo mistos, dada pela própria estrutura atual das relações de gênero;
- a vinculação estreita e necessária entre gênero e feminismo, sempre que se pretende contribuir efetivamente para a transformação das relações de gênero;
- a importância e ao mesmo tempo dificuldade de realizar sensibilização apenas com grupos de homens;
- a elaboração de referências para avaliação da eficácia das experiências de capacitação.

Gênero como Instrumento e Objeto da Implementação de Projetos Econômicos / Geração de Renda

O grupo esteve coordenado por Márcia Brito, do Cêris, e Cristina Simeão, do Aditepp, e contou com a participação de 11 mulheres, todas com experiência no desenvolvimento de projetos de geração de renda junto a grupos de mulheres mistos (integrados por adultos ou adolescentes).

O diálogo no grupo pode ser sistematizado em 2 grandes blocos. O primeiro deles se refere a aspectos gerais dos desafios para os projetos de geração de renda: a questão da comercialização e seus mitos; capacidade de gestão coletiva; a capacidade produtiva já instalada; as possibilidades de capacitação e a potencialidade econômica da atividade.

O segundo bloco de questões esteve diretamente associado a gênero. De um lado indicavam-se os limites colocados pela estrutura atual das relações de gênero para a inserção autônoma das mulheres nesse tipo de projeto: resistência familiar ao trabalho remunerado da mulher, principalmente dos maridos; sobrecarga de trabalho por conta do trabalho doméstico; a idéia de que a inserção de mulheres nesses projeto é para “complementação de renda”, dispensando estudos de viabilidade econômica para muitos projetos.

Estas análises indicavam ser necessário: trabalhar com as mulheres a reflexão sobre as relações familiares e os limites impostos às mulheres; trabalhar a auto-estima, a relação das mulheres com o espaço público e reprodução do espaço doméstico.

De outro lado, indicavam-se possíveis impactos positivos dos programas econômicos na transformação das relações de gênero: construção de novas identidades sociais para as mulheres, entre elas a de parceira e agente econômica; melhoria no padrão de vida das mulheres e suas famílias, com conseqüente alteração positiva do status do trabalho da mulher; ampliação do repertório de informações e conhecimentos das mulheres; aumento de segurança e auto-estima.

Compreende-se , entretanto, que a simples inclusão de gênero como referência para a implementação de programas econômicos não é o suficiente para garantir que um projeto seja bem-sucedido, principalmente entre mulheres. Há que se considerar os desafios gerais para todo e qualquer processo produtivo hoje colocados e os reais interesses das mulheres que se reúnem. Muitas têm em uma atividade produtiva apenas o móvel imediato de mobilização, seu interesse principal pode estar simplesmente em ter um espaço de diálogo, aprendizagem, lazer, o que torna o sucesso econômico do projeto um objetivo secundário.

A função da assessoria seria justamente a de trazer a discussão de gênero para o centro do debate, clarificando os interesses em jogo e articulando-os em torno de diferentes atividades.

O papel da assessoria foi um dos destaques do debate. O grupo indicou, inclusive que seria importante um workshop dedicado apenas ao tema da relação de assessoria junto às mulheres, uma vez que a pressão pela incorporação de gênero aos projetos das ONGs pode produzir efeitos artificiais nas práticas organizativas das mulheres e setores populares.

Direitos Legais e Acesso à Justiça: experiências e estratégias para uma política de gênero

Esse grupo reuniu o menor número de pessoas, apenas 4, todas mulheres. Na opinião das coordenadoras Denise Dora, do Themis, e Gilda Cabral, do Cfêmea, esse reduzido interesse despertado pelo tema pode dever-se ao fato de que a função política do Poder Judiciário e a possibilidade de criarem-se mecanismos de monitoramento e pressão social sobre a Justiça no Brasil, ainda são questões pouco debatidas entre ONGs e movimentos. o debate sobre as reformas do Judiciário, assim como iniciativas de projetos de lei que alteram procedimentos importantes no Judiciário são um exemplo, iniciativas neste campo têm sido impulsionadas pelos próprios tribunais, e de forma muito corporativa.

A capacidade propositiva dos movimentos sociais ante o Poder Judiciário é ainda bastante limitada, e isso vale também para o caso do movimento de mulheres, que apenas inicia o debate sobre o acesso à Justiça.

Em termos estratégicos para enfrentamento nesse campo, o grupo de diálogo indica:

- identificação de parceiros, inclusive governamentais, e mapeamento dos possíveis interlocutores;
- criação de mecanismos para monitorar as decisões do Judiciário, divulgando-as e provocando dessa forma o debate sobre as mesmas; entre os mecanismos possíveis, sugere-se o uso de clippings, por ser muito ágil;
- incentivo à discussão sobre a mudança dos currículos das escolas de Direito, de Magistratura etc., introduzindo de forma organizada o tema gênero;
- inclusão de questões relativas à equidade de gênero em concursos de seleção para ingresso na carreira jurídica;
- realizar ações específicas para o Judiciário na agenda do movimento de mulheres, entre elas o Dia Internacional da Mulher; debates sobre o papel do Poder Judiciário, realização de júris simulados são alguns exemplos;
- elaborar proposições para o Poder Judiciário frente à implementação da Plataforma de Beijing, à semelhança do que está sendo encaminhado aos executivos municipais, estaduais e federais.
- potencializar os espaços da mídia para campanhas de educação em direitos das mulheres;
- aprofundar algumas questões específicas da reforma do Judiciário, em especial: os Juizados Especiais, o Tribunal Agrário e as Varas de Violência Conjugal.

O "ESTADO" DO DEBATE E SEUS SIGNIFICADOS

Destacam-se neste tópico os principais pontos abordados nos debates e exposições:

1. O sentido, os objetivos e os sujeitos das *relações de cooperação* foram pontos recorrentes ao longo do Seminário, retomados ora sobre o ponto de vista de gênero, ora em termos mais gerais, mas com foco sobre o que entendemos por cooperação, quem são seus sujeitos e destinatários. Sem dúvida o tema tem implicações para as políticas hoje desenhadas e nas mudanças em curso. E não há unanimidade nem entre as ONGs nem entre as agências.

O *eixo do debate, objetivos e destinatários da cooperação* referenciou os outros pontos onde se destacaram:

- a construção da cidadania, de direitos, e combate à pobreza, o papel das ONGs e das agências de cooperação;
- a questão dos indicadores, que se diferenciam na complexidade se os objetivos têm por foco a construção de cidadania ou o combate à carência;
- as concepções de desenvolvimento, implícita nas políticas, e as questões do padrão de desenvolvimento atual cujos problemas vão além da pobreza e atuações locais.

2. No tocante ao debate sobre *gênero*, as exposições, os trabalhos de grupos e os debates revelaram uma enorme diversidade:

- gênero ora tratado como tema, ora como dimensão estrutural do desenvolvimento, ora como sinônimo de mulher, ora como categoria hegemônica, equivalente à classe.

Por outro lado, várias foram as expressões de dúvidas e inquietações quanto às vantagens e riscos do uso da categoria:

- até que ponto seria de interesse para o feminismo, até que ponto poderia diluir a força e as lutas das mulheres, até que ponto poderia retirar recursos das organizações de mulheres;

- observações de que o conceito é ainda muito elitizado, muito pouco conhecido, construído de forma incipiente, o que dificulta sua articulação ao desenvolvimento e debates de maior escopo e, ainda, de que a categoria veio ampliar as possibilidades de argumentação nos debates em espaços mistos.

Sem dúvida ficou claro que o desconhecimento ainda muito marcado das teorias feministas e do próprio conceito de gênero é hoje uma lacuna a ser enfrentada por organizações mistas e de mulheres, e também pelas agências. Isso explica por que os debates se deram muito mais no sentido de discutir e trocar experiências sobre as políticas de gênero hoje implementadas e refletir sobre os diversos entendimentos e expectativas em relação ao uso e possibilidades que essa categoria de análise abre.

3. Quanto à *avaliação do Seminário*, destacamos a visão das pessoas da comissão organizadora e os aspectos mais relevantes indicados na sessão de encerramento.

Do ponto de vista do Fórum de Mulheres de Pernambuco, o evento trouxe muitas questões novas. As organizações de mulheres têm estado relativamente afastadas do debate sobre políticas de cooperação e muitas delas, apesar de trabalharem sobre diferentes questões de gênero no âmbito da saúde, da violência e do trabalho, não têm tido a oportunidade de refletir sobre os sucessos e as dificuldades das políticas de gênero colocadas em prática pelo sistema de cooperação internacional. Foi por isso um momento significativo de aprendizagem e atualização.

Para o DED/SACTES significou uma experiência riquíssima, não apenas por conta do próprio evento, mas também por conta de todo o processo de preparação que proporcionou desde o início o intercâmbio entre ONGs brasileiras e agências de cooperação. Poder acompanhar de perto a construção deste diálogo, sobre conceitos e métodos, sobre experiências, perspectivas e desafios, sobre desentendimentos e semelhanças entre as instituições envolvidas, deu uma excelente oportunidade ao DED-Brasil de rever e ampliar sua própria política de gênero aqui no país.

Quanto à Red Entre Mujeres, o Seminário abriu de forma competente e bem articulada politicamente à atuação mais ampla da Red no Brasil. A Red até aqui esteve ainda se construindo e maturando entre os grupos

inicialmente convidados pelos centros latino-americanos a integrá-la. A qualidade do debate, o processo de preparação e a síntese produzida com certeza irão contribuir com a ação dos centros de enlace de outros países e com a ampliação da própria Red no Brasil.

Por fim, avaliou-se que este Seminário inseriu gênero na agenda da ABONG de forma definitiva, o que não havia sido garantido até aqui. Nunca houve um seminário sobre o tema tão rico como este. E isso, com certeza, contribui para legitimar a questão.

Os pontos mais valorizados podem ser sintetizados nos seguintes:

- o evento ampliou a visibilidade e importância do debate sobre as questões de gênero como pauta dos processos de desenvolvimento e cooperação;
- ampliou o grau de informação sobre as tendências, impasses e desafios no campo das relações de cooperação frente ao processo de desenvolvimento brasileiro;
- permitiu a aproximação entre ONGs mistas e de mulheres, facilitando a identificação de parcerias a curto e médio prazo;
- permitiu socializar e debater políticas institucionais e metodologias de trabalho adotadas na área de gênero;
- favoreceu um diálogo democrático sobre gênero entre ONGs e agências de cooperação.

Na sessão de encerramento mais alguns pontos podem ser agregados:

- a boa qualidade das exposições e debates, a qualidade e volume de informações disponibilizadas pela secretaria (textos, documentos de políticas) e a forma de preparação e estruturação do Seminário;
- o relativo silêncio e pouca participação das agências durante os debates.

Com vistas nos desdobramentos, as indicações apontaram principalmente no sentido de:

- formação conceitual e metodológica sobre política de gênero;
- aprofundamento teórico e de propostas de políticas no campo de gênero e cooperação;
- sistematização específica das experiências institucionais apresentadas a partir de focos temáticos das abordagens.

Boa parte das sugestões apresentadas com certeza será concretizada através da articulação de iniciativas em cursos, treinamentos, workshops e seminários que são oferecidos por algumas ONGs de mulheres e pelo DED/SACTES-Brasil. O jornal da ABONG assim como as publicações da Red Entre Mujeres, entre outras, podem ser bons veículos de divulgação.

Outro desdobramento foi a inclusão de atividades que contemplam gênero como instrumento de formulação de política das ONGs, na área de desenvolvimento organizacional da ABONG.

Finalmente, a própria comissão organizadora formulou uma proposta de continuidade para 96, que tomou como referência os desafios, lacunas e destaques deste Seminário.

TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO



Daniel Rech - Coord. DEAS/CERIS

Cheiwa Spindel - Repres. da F. MacArthur

Vandealdo Nogueira - Diretor Executivo da ABONG

Silvio Caccia Bava - Presidente da ABONG

Maria Cristina Araújo - Repres. da Com. Européia no Brasil

GRUPOS DE DIÁLOGO



Experiências
de Capacitação
em Gênero



Experiências em
Programas / Projetos
Econômicos / Geração
de Renda.



Experiências na Área de Direitos Legais e Acesso à Justiça.

PERFIL DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

BAHIA

1. GAPA-BA - Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS, fundado em abril de 1988, tem por objetivos promover programas educativos para a prevenção à AIDS, melhoria na assistência aos portadores do vírus e doentes com AIDS, através de 3 linhas de ação: política, assistência e prevenção.
Participante: Gladys Maria Almeida Santos - Psicóloga, Coordenadora do Departamento de Voluntários.
Endereço: Rua Manoel de Moraes, nº 25 - Jardim Apipema - Salvador - BA.
FONE: (071) 2451741
FAX: (071) 2451587

BRASÍLIA

2. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria fundado em 1989, tem por objetivos informar, articular e assessorar as organizações de mulheres sobre o processo legislativo e promover a educação política dos parlamentares. Atua no âmbito nacional, atingindo organizações de mulheres das diferentes áreas temáticas, e leva a temática de gênero e dos direitos das mulheres ao Parlamento Federal, visando contribuir para a transformação das relações de

gênero para a construção de uma sociedade igualitária.

Participante: Gilda Barbosa Cabral de Araújo. Integrante do Colegiado do CFEMEA - Dirigente do CFEMEA.
Endereço: SCN Quadra 06 - Edf. Venâncio, 3000 - Bloco A - sala 602.
70718-900 - Brasília - DF
FONE: (061) 2251664
FAX: (061) 2252336
E.mail: CFEMEA

3. CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, fundada no ano de 1963, tem por objetivos defender e organizar os interesses dos trabalhadores rurais no Brasil vinculados às organizações sindicais; desenvolver junto ao MSTR um projeto de desenvolvimento para o campo baseado na agricultura familiar. A instituição desenvolve atividades de organização sindical, atuando em todos os Estados brasileiros. A CONTAG possui uma secretaria de formação e organização sindical, a qual insere o trabalho de gênero.

Participante: Francisca Rocicleide Ferreira da Silva, Assessora de Formação em Organização Sindical e Assessora em Gênero.
Endereço: SDS - Edf. Venâncio VI - 1º andar
70393-900 - Brasília - DF
FONE: (061) 3212288
FAX: (061) 3213229

CEARÁ

4. CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador, fundado em 1981, realiza estudos e pesquisas relativas aos aspectos socioeconômicos, culturais, políticos e ideológicos da realidade; presta assistência jurídica aos trabalhadores e desenvolve um trabalho de educação popular; promove cursos, treinamentos e seminários; propõe métodos de ação; produz material didático. Atua em 5 municípios da região de Itapipoca, litoral norte do Ceará. Não possui área nem desenvolveu política relacionada a gênero até o momento.

Participante: Maria Nair Soares, Técnica do Programa Mulher e Cidadania.

Endereço: Travessa Pará, nº 12 - salas 705/708 - Centro

60025-120 - Fortaleza - CE

FONE: (085) 2311226/2311693

FAX: (085) 2311056

5. Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria, fundado em 1974; desenvolve atividades na área rural centradas na pesquisa socioeconômica e na assessoria a diferentes tipos de organizações classistas e de apoio aos movimentos sociais, tendo por objetivo contribuir para o processo de construção de uma sociedade justa, direcionados para o apoio à organização independente e autônoma das classes trabalhadoras e dos movimentos populares, étnicos, raciais e de gênero. Vem implementando desde 09/83 uma política de gênero.

Participante: Magnólia Azevedo Said, Diretora, responsável pelo Programa de Desenvolvimento da Organização Popular, Política, Sindical e Gênero.

Endereço: Rua Princesa Isabel, 1271 - Centro

60015-061 - Fortaleza - CE

FONE: (085) 2211324

FAX: (085) 2522410

MATO GROSSO

6. GSP - Grupo de Saúde Popular, fundado no ano de 1986, tem por objetivos assessorar e articular grupos populares organizados ou em processo de organização visando a conquista dos direitos à cidadania. Através do acompanhamento dos grupos populares, promoção de eventos, cursos, articulação entre ONGs e movimentos sociais, intervenção em políticas públicas. Atua em nível estadual. Desde a sua fundação, trabalha com grupos de mulheres no âmbito da saúde, e recentemente incorporou geração de renda, no entanto, não tem desenhada a sua política de gênero, até o momento.

Participante: Fátima A. Ticianel Schrader, Assessora em Políticas Públicas.

Caixa Postal 97 - Cuiabá - MT

FONE e FAX: (065) 3223331

PARANÁ

7. ADITEPP - Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos, fundada em 1972, tem por objetivos projetos e programas de desenvolvimento através da Educação Popular, mediante aperfeiçoamento metodológico e produto de conhecimento específico. Atua especialmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Sul do Brasil. A ADITEPP possui um Programa sobre Relações de Gênero desde 1984; Desde 87 a ADITEPP vem desenhando e redesenhando sua política de gênero, na medida de sua implementação.

Participante: Cristina Schroeter Simião, Diretora Técnica

Endereço: Rua Desembargador Westphalen, 1373

80230-100 - Curitiba - PR

FONE e FAX: (041) 2233260

PERNAMBUCO

8. ASAS - Associação de Ação

Solidária, fundada em 1993, tem por objetivo o apoio solidário às pessoas portadoras da SIDA/AIDS, prestando assistência através de grupos de ajuda mútua e hospedagem temporária para portadores de baixa renda, vindos do interior para tratamento de referência no Estado. Atua especialmente no Recife e Região Metropolitana. A instituição não tem incorporado ainda o enfoque de gênero em suas atividades. Participante: Rosa Maria da Paz Dantas, Psicóloga, trabalhando com atendimento individual de apoio e como facilitadora dos grupos.

Endereço: Rua Demócrito de Souza Filho, 241 - Madalena
50610-210 - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 445.1087

9. CAATINGA - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas,

fundado em 1988, tem por objetivos contribuir para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável e com participação popular. Atua diretamente nas microrregiões do Estado, compreendendo 20 municípios, na região semi-árida brasileira. O CAATINGA preocupa-se com a informação e a conscientização das mulheres sobre a opressão a que estão submetidas na região.

Participante: Edvalda Pereira Torres, Coordenadora de Educação Agroecológica
Endereço: Sítio Lagoa do Urubu, s/n - Fazenda Urugas
56200-000 - Ouricuri - PE
FONE e FAX: (081) 8741258/8741567

10. Cais do Parto, nasceu de parto ativo natural em 1991. Seu objetivo é trabalhar com as questões de gestação e parto como princípio de autonomia, saúde e cidadania

da mulher. Tem nos partos assistidos por parteiras tradicionais a referência para a humanização do gerar e parir ações básicas. Trabalha na zona rural, no resgate do saber das parteiras tradicionais, através de cursos, treinamentos, reciclagens e ajudando na formação de como as parteiras possam batalhar pela sua legalidade e direitos a nível oficial. Pesquisa ainda a relação e cultura do parir no Brasil e no mundo.

Participantes: Dayse Reis Rodrigues e Ivete Lourenço

Endereço: Rua Luiz de Carvalho, 1030 - Bairro Novo
53320-350 - Olinda - PE
FONE: (081) 4341877

11. Casa Menina-Mulher, fundada em 1994, para acompanhar a situação da menina-mulher "de rua" do centro do Recife nos seus aspectos sociais e psicológicos, colaborando com a valorização da sua auto-imagem; oferecendo espaços e possibilidades para que meninas e mulheres descubram seu potencial construtivo e possam lutar pela transformação de sua realidade pessoal e coletiva, optando por novos caminhos. Atua no Recife. Não tem uma política definida para gênero.

Participante: Maria de Lourdes de Souza, Assistente Social
Endereço: Leão Coroado, 55 - Boa Vista
Recife - PE
FONE: (081) 2310463

12. Casa da Mulher do Nordeste, fundada em 1980, com os objetivos de capacitar mulheres, adolescentes e adultas, incorporando a perspectiva de gênero na organização de grupos, produção e comercialização; promover a articulação entre grupos de mulheres que desenvolvem trabalhos de geração de renda, instituições de assessoria e agências de cooperação (governamentais, privadas); formulação de políticas públicas; produzir e divulgar informação

sobre geração de renda para grupos produtivos.

Participantes: Ana Maria de Farias Lira, Coordenadora, e Mytel Panal
Endereço: Rua Dr. Napoleão Laureano, nº 40/C - Madalena - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 2270531

13. Casa de Passagem

Participante: Ana Vasconcelos
Endereço: Rua Arnóbio Marques, 432 - Santo Amaro - Recife - PE
FONE: (081) 2223849
FAX : (081) 2311449

14. CEAS Urbano

Participante: Zafira Peixoto
Endereço: Rua da União, 557 - Edf. Leite Maia, aptº 401 - 50050 - Boa Vista - Recife - PE
FONE: (081) 2223808

15. Centro Solano Trindade, fundado em 1989, com o objetivo de lutar contra o racismo, fortalecer a identidade racial principalmente da população negra feminina. Desenvolve atividades sobre educação, saúde e trabalho. Atua na Região Metropolitana e áreas remanescentes de quilombos. Desde 90 se constitui o GT Mulher Gênero e Raça.
Participante: Inaldete Pinheiro de Andrade, Coordenação GT Mulher Gênero e Raça
Endereço: Rua do Hospício, 923 /805 - Bloco B - Boa Vista - Recife - PE
FONE: (081) 2317697

16. CENAP - Centro Nordestino de Animação Popular, fundado em 1988, com o objetivo de fazer educação popular junto aos grupos populares organizados da sociedade civil. Desenvolve atividades de formação, tais como oficinas centralizadas e descentralizadas, seminários, assessorias sistemáticas; documentação e comunicação: banco de textos, informe bibliográfico e publicação de revista. Atua nos 9 Estados do Nordeste. Desde 92

formou o grupo Relação de Gênero, que vem implementando uma política específica.

Participante: Luiza de Marilac Melo Souza, Educadora.
Endereço: Rua Henrique Dias, 105 - Boa Vista
50070-140 - Recife - PE
FONE: (081) 2317408
FAX: (081) 2222799

17. CMC - Centro das Mulheres do Cabo, fundado oficialmente em 1984, sua história começa a se construir desde 1970. Atuou na organização das mulheres no município do Cabo e contribuiu para a criação de várias organizações comunitárias e sindicais. Seu principal objeto de trabalho é a saúde da mulher, mas atua também no campo de educação, apoio jurídico, geração de renda, creches e organização das mulheres. Hoje atua em várias localidades do município do Cabo e municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Participante: Sílvia Cordeiro, Coordenadora Geral
Endereço: Rua Pe. Antônio Alves, 20
54500-000 - Cabo - PE
FONE: (081) 5210785
FAX: (081) 5210040

18. CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire, fundado no ano de 1972, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de experiências e conhecimentos que alterem o quadro de exclusão social em PE e contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Desenvolve atividades na área de produção e exibição de vídeos, pesquisa, capacitação e assessoria. Tem um GT Gênero, mas ainda não tem delineada a sua política de gênero. Atua na Região Metropolitana do Recife.

Participantes: Sonia Wright, Vandevaldo Nogueira - Comissão Organizadora e Eduardo Homem

Endereço: Rua 27 de Janeiro, 181 - Carmo
- Olinda
53020-020 - Olinda -PE
FONE: (081) 4293444
FAX: (081) 4290881

19. Sabiá - Centro de Desenvolvimento Agro-Ecológico, fundado há pouco mais de 2 anos, tem atuação especializada em agroecologia e agricultura familiar sustentável junto a pequenos produtores rurais, na perspectiva de desenvolver sistemas de produção sustentáveis ecológica, econômica e socioculturalmente. O Centro SABIÁ intervém nos municípios de Bom Jardim (Agreste), Abreu e Lima (Mata Norte), Triunfo (Sertão), São José de Belmonte (Sertão).
Participante: Vanderlúcia Maria da Silva, Técnica, Jornalista, atua na área de Comunicação.
Endereço: Rua Esperanto, 479 - Ilha do Leite - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 2211338

20. Centro Josué de Castro - Estudos e Pesquisas, fundado em 1979, tem por objetivos promover estudos, pesquisas e assessoria que contribuam com a transformação das condições de pobreza e desigualdade e a consolidação da cidadania para homens e mulheres, através de grupos de trabalho multidisciplinares, mistos e de mulher. Atua no Nordeste do Brasil. O GT Mulher "Fazendo Gênero" surgiu no CJC e desde março de 86 vem atuando enquanto grupo de mulher trabalhando na perspectiva de gênero e na temática mulher e gênero. Participante: Laura Susana Duque Arrazola, Integrante do GT, trabalhando a temática de gênero.
Endereço: Rua Dom Bosco, 779 - Boa Vista
50070-070 - Recife - PE
FONE: (081) 2221906
FAX : (081) 2224252

21. Coletivo Mulher Vida, fundado em 1991, tem por objetivos lutar contra a violência à mulher; combate à prostituição infanto-juvenil; prevenção contra a violência à menina adolescente; descobrindo as causas para combater as consequências. Formação e agente Popular de Cidadania e Trabalho com Sexo-Turismo. Atua em Olinda, PE.
Participante: Márcia Dangremon, Coordenadora, Presidente.
Endereço: Travessa João Alfredo, 33 - Carmo - Olinda - PE
FONE e FAX: (081) 4391848

22. EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares
Participante: Wout Van Dosterhout, Pesquisador
Endereço: Rua Inajá, 117 - Coqueiral
50791-760 - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 4552517

23. ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social, fundada em 1982, tem por objetivos contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades populares através da participação, controle e avaliação das políticas públicas; contribuir para a democratização da informação e comunicação; conhecer e socializar experiências de participação popular ao nível comunitário e da relação com o poder público. Não incorporou, ainda, as questões de gênero no debate institucional. Atua na Região Metropolitana do Recife.
Participante: Neide Maria da Silva, Coordenadora.
Endereço: Rua dos Médicos, 67 - Boa Vista - Recife - PE
FONE: (081) 2310745
FAX: (081) 2210689

24. Fórum AIDS Pernambuco, surgido em 91, legalizado em 93, tem por objetivo contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através do

fortalecimento, apoio e assessoria aos movimentos sociais organizados e do estímulo à implementação de políticas públicas participativas que visem evitar a evolução da epidemia do HIV/AIDS. Atua no Recife e Região Metropolitana. Apesar de buscar e refletir conceitos e práticas sobre o tema gênero, este ainda não foi incorporado de modo específico pela instituição.

Participante: Josué Ribeiro, Coordenador de Oficinas de Capacitação
Caixa Postal - 131
50001-970 - Recife - PE
FONE: (081) 2316205

25. Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero, fundada em 1993, com objetivos de proporcionar, através de atividades que desenvolve, a redução do número de contaminações pelo HIV; reivindicar e propor ao Estado serviços públicos de assistência; propiciar um espaço de convivência entre os soropositivos; prestar apoio psicossocial ao soropositivo; entre outros. Atua na Região Metropolitana do Recife. Não possui um grupo específico de gênero nem delineou até o momento uma política de gênero.

Participante: Sílvia Marques Dantas de Oliveira, Coordenadora de Projetos relacionados à Prevenção de DST/AIDS com Adolescentes de Baixa Renda do Recife, Análise das Condições de Assistência à Saúde do Adolescente
Endereço: Rua Arthur Orlando, 147 - Derby
50070-130 - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 2314561

26. Grupo Curumim - Geração e Parto, fundado em 89, objetiva a promoção da cidadania feminina, diminuição das taxas de morbimortalidade materna e perinatal no Estado; melhoria da qualidade da assistência da prevenção das DSTs/HIV/AIDS; sensibilização para a humanização do nascimento; promoção,

organização e intercâmbio das parteiras tradicionais em PE. Atua na Região Metropolitana do Recife e no Interior do Estado. Possui uma política de gênero que prioriza a promoção da cidadania feminina.

Participantes: Alda Batista, Técnica do Programa de Parteiras Tradicionais e Adelaide Suely de Oliveira
Endereço: Rua São Félix, 70 - Campo Grande - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 4272023

27. Grupo de Mulheres do Morro da Conceição, é um grupo formado a partir da mobilização junto ao Conselho de Moradores do Morro da Conceição. Tem como objetivo a reflexão, discussão e ação na saúde reprodutiva e condição feminina na perspectiva da construção da cidadania das mulheres.

Participante: Verônica Guedes, Coordenadora da Campanha de Prevenção de Câncer na Área do Morro da Conceição
Endereço: Ladeira Apicle, 115 - Morro da Conceição
Recife - PE
FONE: (081) 4411789

28. Secretaria Estadual de Mulheres do PT, criada em 1987, para responder à necessidade de desenvolver uma política de democratização das relações de gênero no interior do PT de Pernambuco. Atua em nível estadual, mas principalmente no Recife. Mantém também atuação em instâncias nacionais do partido.
Participante: Andréa Butto Zazar
Endereço: Rua General José Semeão, 53 - Boa Vista
50050-120 - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 2211017

29. Grupo Origem, fundado no ano de 1987, atua em Pernambuco, visando a melhoria das condições de saúde física e mental das mulheres e crianças, através do apoio, promoção e defesa do aleitamento

materno. Desenvolve atividades de formação e acompanhamento de grupos de incentivo à amamentação em comunidades carentes, mobilização social, campanhas e projetos de comunicação tais como produção de vídeos e cartilhas. Até o momento não possui uma política específica de gênero.

Participante: Denise Arcoverde,
Coordenadora

Endereço: Av. Beira Mar, 3661 - Loja 19
- Casa Caiada - 53130-540 - Olinda - PE
FONE e FAX: (081) 4321913
E.mail: Origem@ce-pe.itep.br (internet)

30. Justiça Seja Feita - Cidadania, Gênero, Direitos Humanos, fundado em 1993, tem como objetivos trabalhar as questões de cidadania, gênero e direitos humanos, especialmente de mulheres, crianças, adolescentes e idosos. A instituição tem uma área específica para o trato da temática de gênero, no entanto, ainda não tem uma política de gênero.
Participante: Nadeje de Souza Domingues, Coordenadora
Endereço: Rua da Aurora, 295/807 - Boa Vista
50050-901 - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 2211911

31. MMTR/NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, fundado em 1987, tem por objetivo a organização e participação da trabalhadora rural. Realiza e participa de encontros, seminários, reuniões, visitas, cursos, debates, atos públicos, audiências etc. Atua no Nordeste na área rural. Atualmente prioriza questões relativas a cidadania, discussão dos direitos e deveres, documentação e participação.
Participante: Vanete Almeida, Assessora de Educação, Coordenadora do Movimento nos Estados do Nordeste
Endereço: Rua Joaquim Godoy, 707 - Serra Talhada - PE
FONE: (081) 8311470
FAX: (081) 8311711

32 - Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, fundado em 1988, atua principalmente no Recife e também na Região Metropolitana e em alguns municípios do interior. Seu objetivo fundamental é o de ampliar os direitos trabalhistas, obter o reconhecimento e valorização da profissão, atuar sobre a construção da identidade coletiva das domésticas enquanto mulheres e trabalhadoras.

Participante: Lenira Maria de Carvalho
Equipe de Formação
Endereço: Rua da Concórdia, 977 - São José - Recife - PE
FONE: (081) 2248529

33. SOS Corpo - Gênero e Cidadania, fundada em 1980, objetiva ser um espaço de referência e reforço à ação política de mulheres, contribuir para a transformação das relações de gênero, democratização da sociedade brasileira e para a construção do desenvolvimento humano e sustentável. Atua principalmente no âmbito local, em redes e parcerias a nível regional, nacional e internacional. O SOS tem constituído desde 1993 um grupo que atua especificamente na área de gênero cujo objetivo é elaborar o enfoque institucional sobre gênero: referências conceituais e metodológicas.

Participantes: Maria Betânia Ávila - Coordenadora Geral, Sílvia Maria Sampaio Camurça e Vania Maia
Comissão Organizadora
Endereço: Rua Major Codeceira, 37 - Santo Amaro
50100-070 - Recife - PE
FONE: (081) 4233044
FAX: (081) 4233180
E.mail: soscorpo@axibase.br

RIO GRANDE DO NORTE

34. CEBRAIOS - Centro Brasileiro de Informação e Orientação da Saúde Social, fundado no ano de 1991, tem p

objetivos: contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através do fortalecimento da cidadania, atendendo a meninas de rua prostituídas, profissionalização e geração de renda às mulheres/mães das meninas; prevenção à AIDS com prostitutas e adolescentes da rede oficial de ensino, assessoria a grupos de mulheres. Atua em Natal. A organização possui uma área sobre Gênero desde 1992, no entanto, não tem desenhada uma política.

Participante: Analba Brazão Teixeira, Coordenadora do Programa Mulher e Cidadania

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 28 - Tirol

59014-520 - Natal - RN

FONE: (084) 2214711

FAX : (084) 2112128

35. SAR - Serviço de Assistência Rural, fundado em 1949, tem por objetivo ser um serviço da Igreja com dimensão evangélica libertadora, contribuindo, enquanto assessoria, para o fortalecimento da organização autônoma de homens e mulheres das categorias subalternas do campo. Atua nas áreas de Mato Grande, Vale do Açu, área canavieira e articulação/parcerias a nível de Estado. No SAR existe a Área Temática das Mulheres, instituída em 94, tendo uma política em implementação.

Participante: Ana Ferreira dos Santos, Assessoria e Coordenadora da Equipe Técnica

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 1060 - Natal - RN

FONE: (084) 2114342

FAX : (084) 2224127

RIO GRANDE DO SUL

36. Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, fundado no ano de 1980, assessoria as organizações populares no acesso à informação e orientação

técnica qualificada e estimula o desenvolvimento de novas formas de produção do conhecimento. Atuando em Porto Alegre e na Região Metropolitana. O Cidade não possui uma área específica para gênero, e não tem nenhuma política delineada a esse respeito.

Participante: Letícia Marques Osório, Assessora Técnica, Advogada
Endereço: Rua Vieira de Castro, 141
90040-320 - Porto Alegre - RS
FONE e FAX: (051) 3306756

37. PROAME - Programa de Apoio a Meninos(as), iniciou suas atividades como projeto no ano de 1988, estruturando-se como ONG no ano de 1993. Tem como objetivos a defesa de direitos e construção da cidadania da Criança e do Adolescente. Atua diretamente em São Leopoldo e no que se refere à assessoria atua a nível do Estado. Desde o início de suas atividades, possui um Grupo de Mulheres que tem como atribuições a inserção em atividades, debates e encontros sobre Gênero a nível municipal. Em 1994, começou a funcionar um Grupo de Meninas de Rua, cuja atribuição é a discussão do seu cotidiano e elaboração de material. O PROAME ainda não tem delineada uma política específica de gênero.

Participante: Suzana Elisa Friedrich, Secretária Executiva, Coordenação Geral do Trabalho

Endereço: Rua José Francisco, 35 - Vila São Jorge - Duque

93120-060 - São Leopoldo - RS

FONE: (051) 5924553

FAX: (051) 5921689

38. Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, fundada no ano de 1993, promove e defende os direitos da mulher, sensibiliza operadores do direito na perspectiva de gênero. Atua em Porto Alegre. A organização não possui área específica de gênero, uma vez que é uma instituição feminista, trabalha amplamente

com a questão. Tem delineada desde sua fundação uma política que vem sendo implementada.

Participante: Denise Dourado Dora,
Coordenadora

Endereço: Rua dos Andradas, 1137/2203
90020-007 - Porto Alegre - RS
FONE: (051) 2259028
FAX: (051) 2243275

RIO DE JANEIRO

39. CACES - Centro de Atividades Culturais Econômicas e Sociais, fundado em 1987, tem por objetivos promover estudos, pesquisas e publicações nas áreas cultural, econômica, social, religiosa e ambiental. Desenvolve projetos, atividades e eventos nos campos da capacitação de quadros, comunicação e geração de renda/emprego; presta serviços de consultoria a grupos do movimento social, órgãos e entidades em geral nos campos específicos de sua competência e experiência. Possui o Programa Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Participante: Maria Cláudia Ferreira da Silva, Diretora Financeira
Endereço: Rua Álvaro Alvim, 48 gr.
1009/11 - Centro
20031-010 - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 2626490
FAX: (021) 2405192
E.mail: caces@ax.apc.org

40. Cemina - Centro de Projetos da Mulher, fundado em 1989, com o objetivo de implementar projetos em diversas áreas específicas com vistas em facilitar e ampliar o desenvolvimento da mobilização das mulheres, através de projetos de comunicação, capacitação na área, centro de documentação. Atua a nível nacional. Todo o trabalho institucional é desenvolvido em cima do enfoque das relações de gênero. Desde a

sua fundação a instituição implementa sua política de gênero.

Participante: Madalena Guilhon,
Coordenadora

Endereço: Rua Barão do Flamengo,
22/304 - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 2857510
FAX: (021) 5563383
E.mail: redeh@ax.ibase.br

41. CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, ligada à CNBB, tem como eixo principal de suas atividades assessorar, subsidiar e realizar pesquisas para a ação pastoral da Igreja Católica no Brasil, priorizando o campo social. Também assessora e apóia práticas sociais de grupos e entidades do movimento popular, incentivando o desenvolvimento de iniciativas específicas de atuação que possibilitem a transformação da sociedade.

Participantes: Daniel Turfio Rech,
Coordenador do Departamento de Estudos e Atuação Social, e Márcia Valéria Marins de Brito
Endereço: Rua r. Júlio Ottoni, 579/35 - Santa Teresa
20241-400 - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 2655177
FAX: (021) 2857276

42. Davida - Prostituição, Direitos Cívicos, Saúde, fundado em 15 de julho de 1992 para estudar, debater e produzir conhecimento a respeito de indivíduos, grupos e comunidades estigmatizadas e marginalizadas, seja pela natureza de suas atividades, seja por sua cor, raça, condição social, ideologia, idade, sexo, orientação e práticas sexuais, cultura, forma de organização; documentar e organizar acervo, prestar assessoria à Rede Nacional de Profissionais do Sexo. Atua em todo o Brasil. O Davida, desde 1994, tem uma política de gênero que permeia todos os seus projetos.
Participante: Otília Gabriela S. Leite
Endereço: Rua Santos Rodrigues, 103

20250-430 - Rio de Janeiro - RJ
FONE e FAX: (021) 2854687

43. FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, fundada em 1961, com o objetivo de contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, preservação do meio ambiente e ampliação da cidadania. A FASE atua em nível local, regional e nacional. A FASE possui o GT Gênero, que interage diretamente com as áreas de trabalho das equipes, onde se desenvolve o programa interinstitucional sobre gênero, do qual a FASE faz parte desde 1993. Vem desenvolvendo e implementando uma política em experimentação dentro desse projeto interinstitucional.

Participante: Maria Emília Lisboa Pacheco, Diretora Executiva da FASE, Diretora do Programa Pequenos Produtores
Endereço: Rua Bento Lisboa, 58 - Catete 22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 2852998
FAX: (021) 2053099
E.mail: fase@ax.apc.org

44. IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, tem como principal objetivo o de colaborar, através da socialização da informação e do conhecimento, para a construção de uma sociedade democrática. Seu campo de trabalho é a informação, o conhecimento sobre a realidade brasileira analisada sob a ótica da democracia. Trabalha prioritariamente com os movimentos populares. Possui o GT Gênero e o Projeto Gênero desde 1994. Vem buscando elaborar uma política específica de gênero.
Participante: Sonia Corrêa
Endereço: Rua Vicente de Souza, 12 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 5378228
FAX: (021) 5379185

E.mail: ibase@ax.apc.org

45. IDAC - Instituto de Ação Cultural, fundado em 1969 na Suíça, veio para o Brasil no ano de 79. Tem por objetivos principais a pesquisa e as atividades de desenvolvimento, gênero, políticas públicas, saúde e sexualidade. Atua especialmente no Rio de Janeiro, mas também em território nacional. Desde a sua fundação possui o Projeto Mulher, atualmente integrado por 30 pessoas, 10 homens e 20 mulheres, que tem como atribuições o desenvolvimento de projetos com mulheres, meninas e adolescentes de rua, grupos mistos de jovens e movimento popular. Vem desenvolvendo uma política de gênero.

Participante: Maria Rita Taulois de Oliveira, Educadora, Projeto Mulher
Endereço: Rua Lopes Quintas, 211 - Jardim Botânico
22460-010 - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 5110142
FAX: (021) 5110294
E.mail: idac@ibase.br

46. IDACO - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária, fundado em 1988, com os objetivos de cooperar na construção de uma sociedade efetivamente democrática e justa, num processo de formulação e ação diretamente à população, suas comunidades e organizações, no campo e na cidade. Atua em nível estadual. O IDACO vem debatendo a questão de gênero e incorporando a temática nos seus projetos, não tendo uma política propriamente definida nem uma área constituída até o momento.
Participante: Eliana Guimarães Silva, Coordenadora de Projeto Área Urbana
Endereço: Rua da Glória, 190 - sala 501 - Glória
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ
FONE e FAX: (021) 2247862 / 2428658
E.mail: Idaco@ax.apc.org

47. Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação, fundada em 1973, atua na área de educação popular enfatizando a construção e o fortalecimento de um tipo de conhecimento que amplie a capacidade de interferência de diferentes segmentos sociais na redefinição da sociedade brasileira. Atua em todo o país. A Nova não possui uma política de gênero nem tampouco um grupo ou área específicos. Participante: Regina Rocha, Coordenação de Projetos
Endereço: Rua Barão do Flamengo, 22/803 - Flamengo
22220-080 - Rio de Janeiro - RJ
FONE e FAX: (021) 2056219

SÃO PAULO

48. Geledés - Instituto da Mulher Negra, fundado há 6 anos, é uma organização de mulheres negras voltada para o combate à discriminação racial e sexual, através de dois programas básicos: Direitos Humanos e Saúde. A direção da instituição é formada exclusivamente por mulheres negras, no entanto conta com a colaboração de homens e mulheres negros e brancos.
Participante: Nilza Iraci Silva, Coordenadora Executiva, Coordenadora do Programa Comunicação
Endereço: Praça Carlos Gomes, 67 - 5º andar
01501-040 - São Paulo - SP
FONE: (011) 6061499
FAX: (011) 6069901

49. Rede Mulher de Educação, fundado em 1983, com sede em São Paulo, dedica-se ao trabalho de Educação Popular Feminista, desenvolvendo uma metodologia em forma de rede. Atua prioritariamente com grupos de mulheres dos setores populares das periferias das grandes cidades e também as áreas rurais. Tem dois eixos programáticos: educação para os direitos da mulher na ótica de

gênero e educação ambiental para novas relações sociais de gênero. Possui um núcleo de documentação de materiais e áudio visuais. Desenvolve, também um serviço de interconexões.
Participante: Moema Libera Viezzer, Presidente Fundadora
Endereço: Rua João Ramalho, 991 - Perdizes
05008-002 - São Paulo - SP
FONE: (011) 8732803
FAX: (011) 627050

50. SOF - Sempre Viva Organização Feminista, fundada em 1963, tem por objetivos contribuir para o fortalecimento das mulheres e de sua auto-organização, como instrumento necessário para a superação das desigualdades de gênero. Elabora propostas de políticas e ações públicas que visam a cidadania plena das mulheres. Atua em nível nacional. O SOF trabalha com políticas de gênero no conjunto de suas atividades desde sua fundação.
Participante: Nalu Faria, Coordenadora Geral
Endereço: Rua Eng. Tomás Whately, 204 - Santo Amaro
04742-130 - São Paulo - SP
FONE: (011) 5219822
FAX: (011) 5225287
E-mail: SOF@ax.apc.org

51. Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde
Participante: Rosa Dalva Faustino Bonciani, Pesquisadora e Coordenadora da Área Financeira
Endereço: Rua Bartolomeu Zunega, 44 - Pinheiros
São Paulo - SP
FONE: (011) 2128681
FAX: (011) 8138578
E-mail: clssaude.@ax.apc.org

52. Polis - Instituto de Estudo, Formação, Assessoria e Políticas Sociais

Participante: Silvio Caccia Bava
Endereço: Rua Joaquim Floriano, 462 -
Itaimbibi
04534-002 - São Paulo - SP
FONE: (011) 8202945 / 8206572
FAX: (011) 8205279

PARTICIPAÇÕES INDIVIDUAIS

- Milli Thayer
410 Barrows Hall, 4C Berkeley
Berkeley CA 94720
FONE: 510 - 6424766
E.mail: mthayer@igc.apc.org
- Nathalie Lebon
- Edileusa Oliveira da Rocha,
Desenvolvimento e Gênero
Rua Massaranduba, 202 - Apipucos
52071-081 - Recife - PE
FONE: (081) 2683221
- Rita Andrea

AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO

1. CEBEMO

Participantes: Bernardo Krommendijk e
Tom Korremans
Endereço: P.O Box 77
2340 Ab Degstgeest - Holanda
FONE: 3171 - 159159
FAX: 3171 - 175391

2. John D. and Catherine T. MacArthur

Participante: Cheiva Spindel,
Coordenadora do Fundo de Capacitação e
Desenvolvimento de Projetos - FCPD

Alameda Ministro Rocha Azevedo, 1077 -
4º andar - Conjunto 42
01410-003 - São Paulo - SP
FONE: (011) 8524586
FAX: (011) 2800548

3. Save the Children Fund, fundado em
1919, tem por objetivos contribuir para a
garantia dos direitos da criança e do
adolescente, apoiando as ONGs que
atuam com projetos na América Latina e
Caribe, Ásia, África e Europa. A Save the
Children não possui uma área específica
relativa a gênero e, até o momento, não
tem desenvolvido nenhuma política nesse
sentido, tendo iniciado algumas
discussões em torno do enfoque de
gênero.

Participantes: Ana Dourado, Oficial de
Informações, Jez Stoner, Diretor.
Endereço: Rua Cardeal Arcoverde, 142 -
Graças
52011-240 - Recife - PE
FONE e FAX: (081) 2311263
E.mail: scfbra@ax.apc.org

4. The Ford Foundation, fundada em
1936, tem por objetivos o fortalecimento
de valores democráticos, o combate à
pobreza e à injustiça, promover a
cooperação internacional e avançar o
progresso humano. Para tanto financia
pequenos projetos de desenvolvimento,
bolsas, educação para o desenvolvimento,
mobilização da opinião pública;
financiamento de projetos de combate à
pobreza, consolidação de direitos civis,
relações internacionais e cultura.
Atualmente todas as áreas da Fundação
contemplam projetos relacionados ao
gênero.

Participante: Sonia Alvarez
Endereço: Praia do Flamengo, 100 - 12º
andar
22210-030 - Rio de Janeiro - RJ
FONE: (021) 5561586
FAX: (021) 2851250

5. UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Participante: Júnia de Souza Púglia, Assistente

Endereço: SCN Quadra 2 - Bloco B
70710-500 - Brasília - DF
FONE: (061) 3215758
FAX: (061) 2231822

6. Delegação da Comissão Européia

Participante: Maria Cristina Araújo, Assessora do Programa de Cooperação da Delegação da Comissão Européia no Brasil

Endereço: SHIS Qd. 07 - Bloco A - Lago Sul
71615-570 - Brasília - DF
FONE: (061) 2483122
FAX : (061) 2480700

AGÊNCIAS PATROCINADORAS

1. GTZ, a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit",

conhecida no Brasil como Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, é uma empresa sem fins lucrativos, tendo como função o apoio a projetos nos países em desenvolvimento. Ela atua geralmente por encargo do Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), na base de convênios feitos entre os respectivos governos. Além disso, a GTZ executa também projetos financiados por terceiros. No Brasil, as áreas prioritárias de atuação, definidas pelos dois países, são o combate à pobreza nas áreas rurais e urbanas, a proteção ao meio ambiente e recursos naturais renováveis e o aumento da competitividade e produtividade nas pequenas e médias empresas brasileiras. No campo da cooperação técnica, ela é encarregada de apoiar o planejamento, a implementação e o monitoramento de

projetos. Colocando à disposição do país parceiro assessoria, treinamento técnico-gereencial e equipamentos, a GTZ contribui, fomentando a auto-ajuda, para a construção do desenvolvimento sustentável. Desde a assinatura do Acordo Básico, em 1963, cerca de 708 milhões de marcos alemães foram alocados para projetos de Cooperação Técnica nessas áreas. Atualmente, 43 projetos com recursos de 266 milhões de marcos estão em implementação ou preparação. Endereço: SCN - Q.1 - Bloco C - Sala 1501 - Edf. Brasília Trade Center 70710-902 - Brasília - DF Caixa Postal 01991 CEP 70259-970 - Brasília - DF

2. NOVIB, fundada no ano de 1956, realiza projetos de desenvolvimento sustentável de organizações no Sul; combate estrutural à pobreza através de apoio financeiro a ONGs, pressão política em nível nacional e internacional e informação ao público holandês. Atua na África, América Latina, Ásia e Leste Europeu. Desde 1982 possui um grupo de trabalho sobre gênero que visa integrar o componente gênero tanto na NOVIB quanto nos projetos que apóia.

Participante: Mary Timmerman, Encarregada Setorial
Endereço: Amaliastraat 7 - Den Haag - Holanda
FONE: 3170 - 3421621
FAX: 3170 - 3614461
E.mail: admin@novib.antenna.nl

3. OXFAM, fundada em 1942, tem por objetivos o alívio à pobreza e sofrimento evitável, através do apoio a projetos de desenvolvimento e emergência em 80 países do Sul (África, América Latina, Ásia e Oriente Médio). Ao mesmo tempo, tem o papel conscientizador para o povo britânico e holandês, e, ainda, realiza lobby em favor dos pobres. A OXFAM possui uma área específica para gênero, denominada GADU, e desde 1987 vem

implementando uma política específica para a instituição.

Participantes: Maria de Lourdes Góes Araújo - Assessora de Projetos, Cecília Iorio - Assessora de Projetos, Telma Castelo Branco - Assessora de Projetos
Endereço: Rua Dr. Silva Ferreira, 122 - Santo Amaro
50040-130 - Recife - PE
FONE: (081) 2315449
FAX: (081) 2215319

4. SACTES - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social

Participantes: Cornélia Parisius - Comissão Organizadora, Mechthild Ebeling, Herbert Reufels, Ricarda Gregori
Endereço: Rua Joaquim Felipe, 101
50050-340 - Recife - PE
FONE: (081) 2213064/ 2210075
FAX: (081) 2221959

ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS

1. ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, fundada em agosto de 1991, com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Sua criação não foi um ato repentino, mas fruto de diálogos e articulações abertas entre várias ONGs que vinham ocorrendo no país desde 1986. A ABONG reúne atualmente 210 ONGs.

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684 - Itaim
04530-001 - São Paulo - SP
FONE: (011) 8299102
FAX: (011) 8226604

2. Red entre Mujeres, um diálogo Sul-Norte, surgiu em 1989, é um projeto de

ONGs da América Latina, tem como principal objetivo incidir nos processos de desenvolvimento e nas relações de cooperação internacional, dentro das perspectivas das mulheres. A Red está integrada por cerca de 80 ONGs - algumas de mulheres, outras mistas nacionais em 13 países latino-americanos e do Caribe.

Participante: Silvia Camurça, Coordenadora Adjunta.
Endereço: SOS CORPO - Gênero e Cidadania
Rua Major Codeceira, 37 - Santo Amaro
50100-070 - Recife - PE
FONE: (081) 4233044
FAX: (081) 423.3180
E.mail: soscorpo@ax.ibase.br

03. Fórum de Mulheres de Pernambuco, criado em 1988, com o objetivo de intervir, com denúncias e propostas, na formação de opinião pública e junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na concretização da cidadania das mulheres e consolidação da democracia. Fazem parte: Organizações não Governamentais, Grupos de Mulheres de Bairros, de Sindicatos, de Associações ou Partido, Mulheres de Núcleos ou Departamentos de Universidades ou Fundações, totalizando aproximadamente 30 entidades.

Participante: Vania Maia, Coordenadora
Endereço: SOS CORPO - Gênero e Cidadania
Rua Major Codeceira, 37 - Santo Amaro
50100-070 - Recife - PE
FONE: (081) 4233044
FAX: (081) 423.3180
E.mail: soscorpo@ax.ibase.br

04. SACTES / DED, o DED (Deutscher Entwicklungsdienst) é um órgão da Cooperação Internacional da Alemanha, sob a forma jurídica de uma Sociedade Mista, formada pelo Estado Alemão e por organizações Não Governamentais alemães. Recebe seus recursos financeiros

através do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha. Atua hoje em 42 países com atualmente 1032 técnicos alemães. No Brasil o DED está presente atualmente com 74 cooperantes no Norte, Nordeste e Sudeste do país, atuando na sua maioria junto a ONGs na área de saúde, agricultura, geração de renda, profissionalização, comunicação e organização. O DED propicia também pequenos financiamentos para ONGs e iniciativas populares.



Equipe de Coordenação:

Vania Maia - Coordenadora Fórum de Mulheres de Pernambuco
 Vandevaldo Nogueira - Diretor Executivo da ABONG-PE
 Maria Betânia Ávila - Coordenadora SOS CORPO
 Silvia Camurça - Coordenadora Adjunta Red Entre Mulheres
 Cornélia Parisius - Assessora de Gênero DED/SACTES
 Sonia Wright - Coordenadora Fórum ABONG - PE



Equipe de Apoio:

Solange Rocha - Produtora Executiva
 Maria Olivia Sabino - Secretária
 Fátima Santos - Coordenação da Secretaria
 Eleny Xavier - Coord. de Adm. e Finanças
 Ana Teixeira - Secretária
 Fátima Ferreira - Stand de Vendas
 Cida Fernandez - Relatora
 Marilda Rezende - Secretária

APQIO
GTZ
NOVIB
OXFAM
DED/SACTES